



29 MAR 2011 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES  
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM  
GARANTIAS ADICIONAIS, EM SÉRIE ÚNICA, NOMINATIVAS E ESCRITURAIS, PARA  
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CANABRAVA  
AGRÍCOLA S.A.

celebrado entre

CANABRAVA AGRÍCOLA S.A.  
como Emissora;

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.  
como Agente Fiduciário;

ÁLCOOL QUÍMICA CANABRAVA S.A.  
Como Avalista;

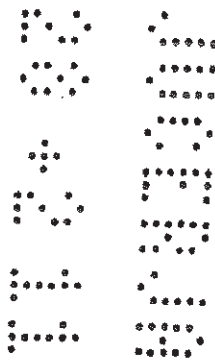
PORTOPAR PARTICIPAÇÕES S.A.  
Como Controladora; e

LUDOVICO GIANNATTASIO;

e

MARIA CRISTINA PAPINI GIANNATTASIO  
como Fiadores

Datado de 24 de fevereiro de 2011



*[Handwritten signatures and initials]*



2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO 1  
MICROFILMADO SOB O

Nº 945436

29 MAR 1976 1639776

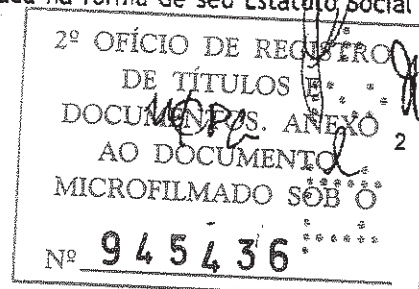
R. BENJAMIN CONSTANT, 162 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES  
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM  
GARANTIAS ADICIONAIS, EM SÉRIE ÚNICA, NOMINATIVAS E ESCRITURAIS, PARA  
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO DA CANABRAVA  
AGRÍCOLA S.A.

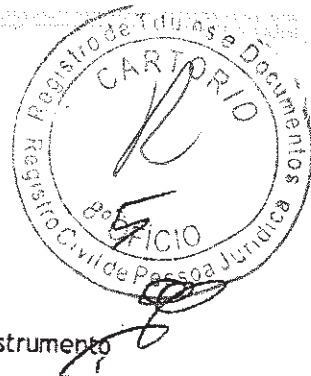
Pelo presente instrumento particular:

- a) CANABRAVA AGRÍCOLA S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na  
Cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, na Rodovia RJ - 224,  
sem número, (parte), Distrito de Travessão, inscrita no Cadastro Nacional da  
Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob n.º 12.475.957/0001-  
73, inscrita no NIRE sob o n.º 33.3.0029483-0, com atos constitutivos devidamente  
arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA"), neste  
ato representada na forma de seu Estatuto Social por seus representantes legais  
abaixo assinados, nomeada neste instrumento, como emissora ("Emissora");
- b) SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA, sociedade limitada, com sede na  
Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros,  
n.º 717, 6º e 10º andares, Itaim Bibi, CEP 04530-001, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º  
50.657.675/0001-86, inscrita no NIRE sob o n.º 352.00.099.573, com atos  
constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo,  
neste ato representada na forma de seu Contrato Social, nomeada neste  
instrumento como agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), nos termos da Lei  
n.º 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para  
representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas da  
presente Emissão;
- c) ÁLCOOL QUÍMICA CANABRAVA S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de  
Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, na Rodovia RJ - 224, sem  
número, Distrito de Travessão, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.627.254/0001-58,  
inscrita no NIRE sob o n.º 33.3.0028741-8, com atos constitutivos devidamente  
arquivados na JUCERJA, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social



29 MAR 1981 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA



por seus representantes legais abaixo assinados, nomeada neste instrumento como avalista da Emissora ("Avalista");

- d) PORTOPAR PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, na Rodovia RJ - 224, sem número, Distrito de Travessão, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.340.609/0001-59, inscrita no NIRE sob o n.º 33.2.0748887-5, com atos constitutivos devidamente arquivados na JUCERJA, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seus representantes legais abaixo assinados ("Controladora");
- e) LUDOVICO GIANNATTASIO, brasileiro, engenheiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Jardim Botânico, n.º 256/502, Jardim Botânico, portador do documento de identidade n.º 16.979-D expedido pelo CREA/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 093.319.567-20, nomeado neste instrumento como fiador ("Fiador"); e
- f) MARIA CRISTINA PAPINI GIANNATTASIO, brasileira, museóloga, casada sob o regime de comunhão universal de bens, residente e domiciliada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Jardim Botânico, n.º 256/502, Jardim Botânico, portadora do documento de identidade RG n.º 02110046-6, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o n.º 004.183.517-40, nomeada neste instrumento como fiadora ("Fiadora") (Fiador e Fiadora adiante definidos em conjunto como "Fiadores").

(Emissora, Agente Fiduciário, Controladora, Avalista e Fiadores, doravante denominados em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte")

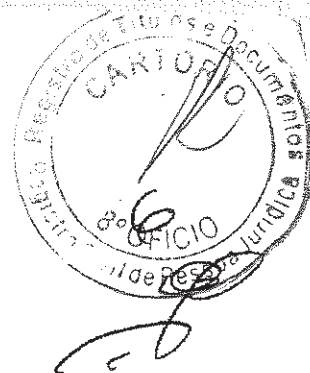
Vêm, por meio desta e na melhor forma do direito, firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantias Adicionais, em Série Única, Nominativas e Escriturais, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Canabraya Agrícola S.A. ("Escritura de Emissão"), em observância às seguintes Cláusulas e condições:

2º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS. ANEXO AO DOCUMENTO MICROFILMADO SOB O

Nº 945436

29 MAR 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA



## CAPÍTULO I - DEFINIÇÕES

1.1 Para todos os fins e efeitos da presente Escritura de Emissão, todos os termos abaixo iniciados com letra maiúscula, utilizados no corpo da presente Escritura de Emissão, terão os significados que lhes são atribuídos abaixo. Adicionalmente, a menos que o contexto disponha de outra forma: (i) os títulos são inseridos apenas por conveniência e não afetam sua interpretação; (ii) as referências a Cláusulas e/ou itens devem ser interpretadas como referências às Cláusulas e/ou itens deste documento; (iii) palavras no singular terão o mesmo significado no plural, e vice-versa; e (iv) referências a qualquer dispositivo legal ou regulamentar devem ser interpretadas como referências a tais dispositivos conforme em vigor à época de assinatura desta Escritura de Emissão.

"AEHC":	Significa Alcool Etílico Hidratado Carburante;
"AGE":	Significa a Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 21 de fevereiro de 2011, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, que autorizou a realização, bem como os termos e condições, da Emissão;
"Alienação Fiduciária de Ações":	Significa a alienação fiduciária em garantia ao cumprimento das Obrigações Garantidas, constituída pela Controladora e pelo Fiador, em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, da totalidade das ações de emissão da Emissora, formalizada nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;
"Amortização":	Significa o Valor Nominal Unitário de emissão das Debêntures amortizado em 6 (seis) parcelas anuais e consecutivas conforme a tabela constante da Cláusula 5.20.1.;
"ANBIMA":	Significa a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;
"Área de Implantação":	Significa a Área na qual será plantada e cultivada a cana de açúcar, perfeitamente descrita e caracterizada no Contrato de Arrendamento de Imóveis Rurais celebrado em 24 de fevereiro de 2011;

1500011

2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB Nº  
945436  
Nº

29 MAR 1981 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA



<u>"Assembleia Geral de Debenturistas":</u>	Significa a Assembleia Geral de Debenturistas na forma descrita no Capítulo IX desta Escritura;
<u>"Atualização Monetária":</u>	Significa a atualização monetária das Debêntures desde a Data da Emissão, incidente sobre cada Parcela de Amortização (PA), pela variação do IGP-M/FGV de acordo com o quadro da Cláusula 5.16.1 desta Escritura;
<u>"Aval":</u>	Significa o aval prestado pela Avalista, nos termos dos artigos 897 e seguintes do Código Civil, e dos artigos 30 e seguintes da Lei Uniforme sobre Letras de Câmbio e Notas Promissórias, aprovada pelo Decreto nº 57.663, de 24 de janeiro de 1966;
<u>"Banco Mandatário":</u>	Significa o banco mandatário da Emissão, o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Pça. Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04;
<u>"Cessão Fiduciária da Conta Vinculada - AEHC":</u>	Significa a cessão fiduciária em garantia ao cumprimento das Obrigações Garantidas, constituída pela Avalista, em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, de (i) determinados direitos creditórios detidos contra o Agente Depositário com relação à Conta Vinculada - Direitos Creditórios AEHC, incluindo todos os recursos de tempos em tempos mantidos na Conta Vinculada - Direitos Creditórios AEHC; e (ii) todos os investimentos e produtos de propriedade da Avalista, depositados de tempos em tempos na Conta Vinculada - Direitos Creditórios AEHC, incluindo juros, dividendos prêmios e outros rendimentos derivados de tais fundos e investimentos e tudo que for recebido mediante cobrança, troca, venda ou qualquer disposição de tal propriedade, e todos e quaisquer ativos recebidos, recebíveis ou de outra forma distribuídos com relação a tais investimentos e aos documentos ou instrumentos relacionados, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;



2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO 5  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº 945436



29 MAR 2016 1639776

R. SERJANA CONSTANT, 182-S. PAULO  
DR. RADISLAV LANOTTA

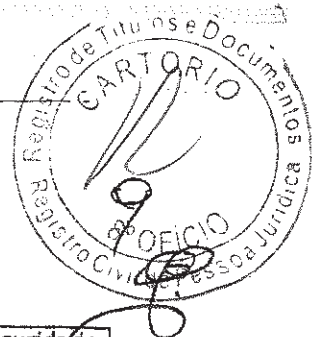
<p><u>"Cessão Fiduciária da Conta Vinculada - Cana":</u></p>	<p>Significa a cessão fiduciária em garantia ao cumprimento das Obrigações Garantidas, constituída pela Emissora, em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, de (i) determinados direitos creditórios detidos contra o Agente Depositário com relação à Conta Vinculada - Direitos Creditórios Cana, incluindo todos os recursos de tempos em tempos mantidos na Conta Vinculada - Direitos Creditórios Cana; e (ii) todos os investimentos e produtos de propriedade da Emissora, depositados de tempos em tempos na Conta Vinculada - Direitos Creditórios Cana, incluindo juros, dividendos prêmios e outros rendimentos derivados de tais fundos e investimentos e tudo que for recebido mediante cobrança, troca, venda ou qualquer disposição de tal propriedade, e todos e quaisquer ativos recebidos, recebíveis ou de outra forma distribuídos com relação a tais investimentos e aos documentos ou instrumentos relacionados, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;</p>
<p><u>"Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios- AEHC":</u></p>	<p>Significa a cessão fiduciária em garantia ao cumprimento das Obrigações Garantidas, constituída pela Avalista, em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, de: (a) direitos creditórios, especificados no Contrato de Venda de AEHC, decorrentes da comercialização de AEHC; (b) recursos mantidos na Conta Vinculada - Direitos Creditórios - AEHC; e (c) recursos mantidos no Fundo de Liquidez, formalizada nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;</p>
<p><u>"CETIP":</u></p>	<p>Significa a CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;</p>
<p><u>"Código Civil":</u></p>	<p>Significa a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada;</p>
<p><u>"Código de Processo Civil":</u></p>	<p>Significa a Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada;</p>



2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O  
Nº 945.36

29 MAR 2011 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA



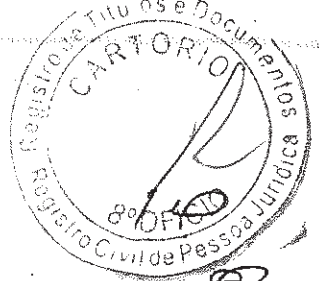
<u>"COFINS":</u>	Significa a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social;
<u>"Comunicação de Resgate":</u>	Significa a publicação de aviso aos Debenturistas, a ser amplamente divulgado nos Jornais de Publicação, nos termos desta Escritura de Emissão, pela Emissora, com o auxílio operacional do Agente Fiduciário, acerca de evento de resgate a ser efetuado;
<u>"Conta Vinculada - Direitos Creditórios - AEHC":</u>	Significa a conta-corrente nº 101029-3, do Deutsche Bank, Banco nº 487, Agência 0001, de titularidade da Avalista, na qual serão depositados os recursos financeiros advindos do Contrato de Venda de AEHC. A Conta Vinculada - Direitos Creditórios - AEHC será movimentada exclusivamente pelo Deutsche Bank, conforme orientações do Agente Fiduciário;
<u>"Conta Vinculada - Direitos Creditórios - Cana":</u>	Significa a conta-corrente nº 101028-4, do Deutsche Bank, Banco nº 487, Agência 0001, de titularidade da Emissora, na qual serão depositados os recursos financeiros advindos do Contrato de Venda de Cana de Açúcar. A Conta Vinculada - Direitos Creditórios - Cana será movimentada exclusivamente pelo Deutsche Bank, conforme orientações do Agente Fiduciário;
<u>"Contrato de Alienação Fiduciária de Ações":</u>	Significa o Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e outras Avenças, celebrado em 24 de fevereiro de 2011, entre a Controladora, o Fiador, a Fiadora, a Emissora e o Agente Fiduciário, por meio do qual foi constituída a Alienação Fiduciária de Ações;
<u>"Contrato de Arrendamento":</u>	Significa o Contrato de Arrendamento de Imóveis Rurais celebrado em 24 de fevereiro de 2011, entre a Companhia Açucareira Usinas Barcelos e a Emissora, tendo por objeto a Área de Implantação;



2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO  
Nº 945436

29 MAR 2011 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 102 - S. PAULO  
DR. RADISLAV LAMOTTA

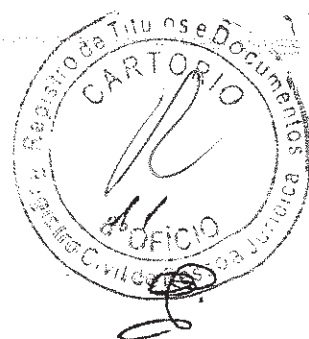


<u>"Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios":</u>	Significa o <i>Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e outras Avenças</i> , celebrado em 24 de fevereiro de 2011, entre a Emissora, a Avalista, a Canabrava Energética S.A. e o Agente Fiduciário, por meio do qual foram constituídas a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios - AEHC; a Cessão Fiduciária da Conta Vinculada AEHC e a Cessão Fiduciária da Conta Vinculada Cana;
<u>"Contrato de Depósito Vinculado":</u>	Significa o Contrato de Depósito Vinculado, celebrado em 24 de fevereiro de 2011, entre a Emissora, a Avalista, o Agente Fiduciário e o Deutsche Bank;
<u>"Contrato de Distribuição":</u>	Significa o <i>Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantias Adicionais, em Série Única, da Primeira Emissão da Canabrava Agrícola S.A sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação</i> , celebrado em 24 de fevereiro de 2011, entre a Emissora e o Coordenador Líder;
<u>"Contrato de Venda de AEHC":</u>	Significa o contrato de venda de AEHC celebrado em 18 de janeiro de 2011 entre a Avalista e a Cosan Combustíveis e Lubrificantes S.A.;
<u>"Contrato de Venda de Cana de Açúcar":</u>	Significa o contrato de venda de cana de açúcar, celebrado em 24 de fevereiro de 2011 entre a Avalista e a Emissora;
<u>"Coordenador" ou "Coordenador Líder":</u>	Significa a ASM Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição integrante do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 700, Bloco 6, Grupo 148 e Sala 235, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.678.955/0001.28, inscrita no NIRE sob o n.º 33.2.0613117-5, com atos constitutivos devidamente arquivados na JUCERJA;
<u>"CVM":</u>	Significa a Comissão de Valores Mobiliários;
<u>"Datas de Amortização":</u>	Significam as datas anuais, conforme Cláusula 5.20.1 desta Escritura;



2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO

Nº 945436



29 MAR 2017 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA

<b>"Data da Emissão":</b>	Para todos os efeitos legais, a data de emissão será a data da primeira subscrição e integralização realizada por qualquer Investidor Qualificado;
<b>"Data de Resgate Antecipado":</b>	Significa qualquer data em que for efetivado o resgate antecipado total das Debêntures, pela Emissora;
<b>"Data de Vencimento":</b>	Significa a data de vencimento das Debêntures, qual seja 1º de dezembro de 2017;
<b>"Debêntures":</b>	Significam as debêntures relativas à presente Emissão;
<b>"Debêntures em Circulação":</b>	Significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora;
<b>"Debêntures em Circulação - Assembleia":</b>	Significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (direta ou indiretamente); (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas;
<b>"Debenturista":</b>	Significam os titulares das Debêntures;
<b>"Deutsche Bank" ou "Agente Depositário":</b>	Significa o Deutsche Bank S.A.- Banco Alemão, instituição financeira, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.900, 13º, 14º e 15º andares, CEP 04538-132, contratado conforme o Contrato de Depósito Vinculado;
<b>"Dia Útil":</b>	Significa todo e qualquer dia exceto sábado, domingo e feriado nacional;
<b>"Direitos Creditórios Elegíveis":</b>	Significa, indistintamente, os direitos creditórios advindos de qualquer dos seguintes contratos: (i) Contrato de compra e venda de AEHC celebrados entre a Avalista e a Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga S.A.; (ii) Novos contratos de compra e venda de AEHC celebrado entre a Avalista e a Cosan Combustíveis e Lubrificantes S.A.; e (iii) Power Purchase Agreements da Canabrava Energética S.A. com qualquer



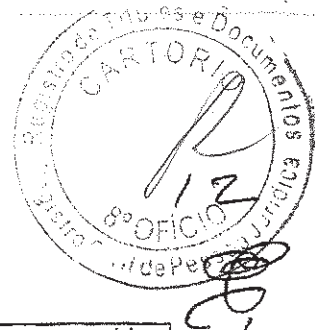
2º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS - ANEXO AO DOCUMENTO MICROFILMADO SOB O

Nº

945436

29 MAR 1985 1639776

REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL  
ESTADO DE SÃO PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA



	comercializador de energia, consumidor livre ou consumidor especial desde que registrado na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e com aval da MPX Comercializadora de Energia Ltda;
"Documentos da Operação":	Significam, quando mencionados em conjunto, (i) a Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; (ii) o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; (iii) o Contrato de Distribuição; (iv) esta Escritura de Emissão; (v) o Contrato de Depósito Vinculado, e (vi) quaisquer outros documentos celebrados ou a serem celebrados no âmbito desta Emissão;
"Emissão":	Significa a presente Emissão de Debêntures;
"Evento de Vencimento Antecipado":	Significa todo e qualquer evento de vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto na Cláusula 5.35.1 desta Escritura;
"Fiança":	Significa a fiança prestada pelos Fiadores nos termos desta Escritura;
"Fundo de Liquidez":	Significa a retenção dos valores depositados na Conta Vinculada Direitos Creditórios - Cana para a formação de um fundo de liquidez, que deverá ser equivalente a, no mínimo, o valor da próxima parcela vincenda atualizada acrescida dos Juros Remuneratórios, nos termos do Contrato de Depósito Vinculado;
"Garantias":	Significam (i) a Alienação Fiduciária de Ações, (ii) a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios - AEHC, (iii) a Cessão Fiduciária Conta Vinculada - Cana; (iv) a Cessão Fiduciária Conta Vinculada - AEHC; (v) a Fiança, e (vi) o Aval, quando mencionadas em conjunto;
"Garantias Reais":	Significam (i) a Alienação Fiduciária de Ações, (ii) a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios - AEHC; (iii) a Cessão Fiduciária Conta Vinculada - AEHC; e (iv) a Cessão Fiduciária Conta Vinculada - Cana, quando mencionadas em conjunto;
"IGP-M/FGV":	Significa o Índice Geral de Preços do Mercado, medido e divulgado pela Fundação Getulio Vargas;



2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

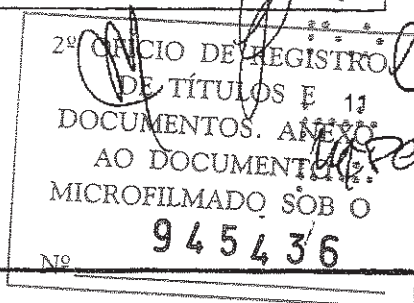
Nº 945436

29 MAR 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA



" <u>Índice de Atualização Monetária</u> ":	Significa o IGP-M/FGV;
" <u>Instituição Depositária</u> ":	Significa a instituição depositária das Debêntures, Itaú Corretora de Valores S.A., instituição com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64;
" <u>Instrução CVM n.º 28</u> ":	Significa a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada;
" <u>Instrução CVM n.º 358</u> ":	Significa a Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada;
" <u>Instrução CVM n.º 400</u> ":	Significa a Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;
" <u>Instrução CVM n.º 409</u> ":	Significa a Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada;
" <u>Instrução CVM n.º 476</u> ":	Significa a Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada;
" <u>Investidores Qualificados</u> " ou " <u>Investidores</u> ":	Significam aqueles investidores definidos nos termos da Instrução CVM n.º 476, e nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, observado que: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409 deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, valores mobiliários no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
" <u>IPCA</u> ":	Significa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, medido e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
" <u>ISS</u> ":	Significa o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
" <u>Jornais de Publicação</u> ":	Significa o Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e o jornal "Diário Mercantil";
" <u>JUCERJA</u> ":	Significa a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro;



29 MAR 1639776

R. BENJAMIN LUBATY, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAV LAMOTTA



<u>"Juros Remuneratórios":</u>	Significa 10% (dez por cento) ao ano, calculados de acordo com a Cláusula 5.18 desta Escritura;
<u>"Lei das Sociedades por Ações":</u>	Significa a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;
<u>"Mudança Material Adversa":</u>	Significa a mudança que, a critério exclusivo dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, seja considerada materialmente adversa nos negócios e/ou na situação econômica da Emissora, da Avalista, dos Fiadores, da Controladora e/ou demais controladores;
<u>"Obrigações Garantidas":</u>	Significam todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora por meio dos Documentos da Operação e suas posteriores alterações, o que inclui, principalmente, mas não se limita, ao pagamento das Debêntures, as quais serão atualizadas e remuneradas na forma definida nesta Escritura de Emissão, bem como em todos e quaisquer obrigações assumidas pela Emissora nos Documentos da Operação, incluindo o pagamento dos custos, comissões, encargos e despesas da Emissão e a totalidade das obrigações acessórias, tais como encargos moratórios, multas, penalidades, despesas, custos, honorários, comissões e demais encargos contratuais e legais previstos;
<u>"Oferta Restrita" ou "Oferta":</u>	Significa a oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476;
<u>"Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios":</u>	Significa a periodicidade anual, após o Período de Carência, conforme Cláusula 5.19 desta Escritura;
<u>"Período de Carência":</u>	Significa: o pagamento da Amortização, Atualização Monetária e Juros Remuneratórios observará o prazo de carência, contado a partir da Data de Emissão, o qual se encerrará em 1º de dezembro de 2012;



2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO... 12  
MICROFILMADO SOB O N.º  
945436

29 MAR 2011 1639776

R.BENJAMIN CONSTANT, 152-S.PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA



"Período de Cura":	Significa a extensão de prazo concedida a Emissora para o adimplemento, total ou parcial, de quaisquer Obrigações Garantidas;
"PIS":	Significa o Programa de Integração Social.
"Reais":	Significa a moeda oficial corrente no Brasil;
"SDT":	Significa o SDT - Módulo de Distribuição de Títulos administrado e operacionalizado pela CETIP;
"SND":	Significa o SND - Módulo Nacional de Debêntures administrado e operacionalizado pela CETIP;
"Valor Nominal Unitário":	Significa o valor nominal unitário das Debêntures que, na Data de Emissão, é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
"Valor Nominal Unitário Atualizado":	Significa o Valor Nominal Unitário atualizado nos termos da Cláusula 5.13.2 desta Escritura;

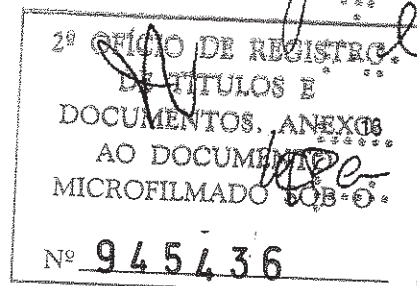
## CAPÍTULO II - AUTORIZAÇÃO

2.1 A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização aprovada em AGE, realizada em observância ao disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações. As Garantias prestadas pela Emissora também foram autorizadas por meio da AGE.

2.2 O Aval, a Alienação Fiduciária de Ações, a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios - AEHC, a Cessão Fiduciária Conta Vinculada - AEHC e a Cessão Fiduciária Conta Vinculada - Cana, previstos na presente Escritura de Emissão foram aprovados, conforme o caso, por: (i) Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 21 de fevereiro de 2011, (ii) Assembleia Geral Extraordinária da Controladora realizada em 21 de fevereiro de 2011; e (iii) Assembleia Geral Extraordinária da Avalista realizada em 21 de fevereiro de 2011.

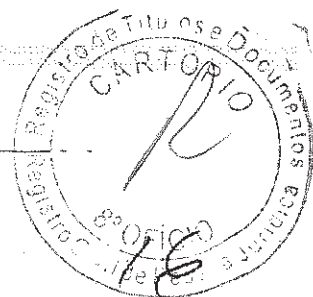
## CAPÍTULO III - REQUISITOS

As Debêntures serão emitidas e a Oferta será realizada em observância aos seguintes requisitos:



29 MAR 2 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LANOTTA



28

### 3.1 Registro na CVM e na ANBIMA

3.1.1 A presente Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM n.º 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis e, portanto, está automaticamente dispensada do registro de distribuição pública na CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM n.º 476.

3.1.2 A Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de Oferta Restrita, nos termos do artigo 25, §1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

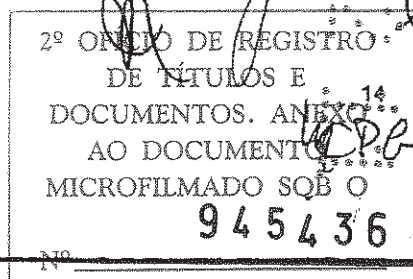
### 3.2 Arquivamento na JUCERJA e Publicação da Ata da AGE

3.2.1 A ata da AGE será arquivada na JUCERJA e será publicada nos Jornais de Publicação, nos termos do artigo 62, inciso I e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

### 3.3 Registro da Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; Constituição das Garantias Reais

3.3.1 A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCERJA, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações e, em virtude da fiança a que se refere a Cláusula 5.33 abaixo, a ser prestada pelos Fiadores, nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos das cidades de Campos dos Goytacazes e do Rio de Janeiro, ambas localizadas no Estado do Rio de Janeiro e na Cidade e Estado de São Paulo, e entregue ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do efetivo registro.

3.3.2 As Garantias Reais foram aprovadas em assembleias gerais extraordinárias da Emissora, da Controladora e da Avalista e serão devidamente constituídas mediante o registro da Alienação Fiduciária de Ações e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios nos competentes Cartórios de Registro de



29 MAR 2016 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 102 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA



Títulos e Documentos. Os documentos acima citados serão entregues ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do efetivo registro.

3.3.3 A assinatura e registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações junto aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, bem como o registro da Alienação Fiduciária de Ações no livro de registro de ações da Emissora, com a conseqüente constituição das garantias objeto dos referidos instrumentos são condições para a realização da Emissão.

### 3.4 Registro para Distribuição e Negociação

3.4.1 As Debêntures serão registradas para (i) distribuição no mercado primário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição das Debêntures liquidada através da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do SND - Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP; sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.4.1.1 Caso os Debenturistas venham a solicitar a retirada das Debêntures da custódia do SND da CETIP, o registro será realizado pela Instituição Depositária.

3.4.2 As Debêntures são destinadas apenas a Investidores Qualificados.

3.4.2.1 Em atendimento ao que dispõe a Instrução CVM n.º 476, as Debêntures serão ofertadas pelo Coordenador a, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados e subscritos ou adquiridos por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.4.2.2 As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista pelos Investidores Qualificados que no ato da subscrição deverão assinar o boletim de subscrição das Debêntures ("Boletim de Subscrição") pelo qual atestarão, por escrito, entre outras, que estão cientes de que:



OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB

Nº

945436

29 MAR 1976 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAV LAMOTTA



i. a Oferta não foi registrada na CVM; e

ii. as Debêntures ofertadas estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM n.º 476.

3.4.3 A Oferta será encerrada quando (i) da subscrição e integralização da totalidade das Debêntures pelos Investidores Qualificados, ou (ii) da subscrição e integralização parcial das Debêntures, a exclusivo critério do Coordenador, observado o montante mínimo de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

3.4.3.1 Em conformidade com o artigo 8º da Instrução CVM n.º 476 o encerramento da Oferta deverá ser informado pelo Coordenador à CVM, no prazo de 5 (cinco) dias, contados do seu encerramento, devendo a referida comunicação ser encaminhada por intermédio da página da CVM na rede mundial de computadores e conter as informações indicadas no Anexo I da Instrução CVM n.º 476.

3.4.3.2 Caso a Oferta não seja encerrada dentro de 6 (seis) meses da data de seu início, o Coordenador deverá realizar a comunicação prevista na Cláusula 3.4.3.1, acima, com os dados disponíveis à época, complementando-o semestralmente até o seu encerramento.

3.4.4 As Debêntures da presente Emissão, ofertadas nos termos da Oferta, somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de subscrição ou aquisição das Debêntures pelos Investidores Qualificados, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM n.º 476.

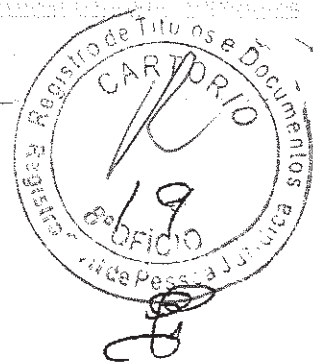
3.4.4.1 As Debêntures da presente Oferta somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, a menos que a Emissora obtenha o registro de oferta pública perante a CVM nos termos do caput do artigo 21 da Lei n.º 6.385, de 1976, conforme alterada, e da Instrução CVM n.º 400 e do presente prospecto da Oferta à CVM, nos termos da regulamentação aplicável.



2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO 16  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB  
Nº 945436

29 MAR 2011 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA



3.4.4.2 Observado a Cláusula 3.4.4.1, acima, as Debêntures poderão ser negociadas nos mercados de balcão organizado e não organizado, devendo a Emissora cumprir o disposto no Artigo 17 da Instrução CVM n.º 476.

#### CAPÍTULO IV - INFORMAÇÕES SOBRE A EMISSORA E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

##### 4.1 Objeto Social e Geração de Receitas da Emissora

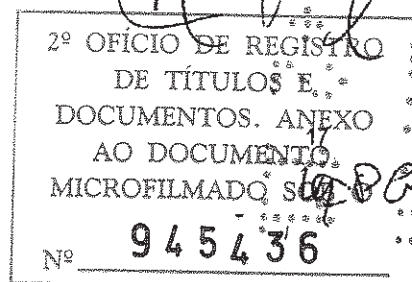
4.1.1 A Emissora tem como objeto social, exclusivamente, a realização das seguintes atividades: (i) cultivo de cana de açúcar em terras próprias ou de terceiros; (ii) prestação de serviço de corte, carregamento e transporte de cana de açúcar; e (iii) cultivo de capim elefante em terras próprias ou de terceiros.

4.1.1.1 A Emissora é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, constituída em 23 de agosto de 2010, para fins de cumprimento do seu objeto social utilizando os recursos da presente Emissão, sendo subsidiária integral da Controladora, que neste ato, concorda integralmente com os termos e condições da presente Emissão.

4.1.2 A Emissora terá como principais receitas aquelas relacionadas à venda de cana de açúcar para a Avalista ou para a Controladora.

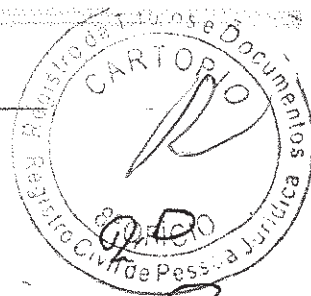
##### 4.2 Destinação de Recursos

4.2.1 Os recursos captados por meio da Emissão serão destinados (i) ao pagamento de arrendamento da Área de Implantação, conforme Contrato de Arrendamento; (ii) à compra de máquinas e equipamentos destinados ao plantio e cultivo de cana de açúcar; (iii) às despesas operacionais e capital de giro da Emissora; e (iv) ao pagamento dos custos, comissões, encargos e despesas da Emissão.



29 MAR 1976 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAV LAMOTTA



## CAPÍTULO V - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

### 5.1 Número da Emissão

5.1.1 A presente Escritura de Emissão constitui a 1ª (primeira) Emissão de Debêntures da Emissora.

### 5.2 Valor Total da Emissão

5.2.1 O valor total da Emissão é de até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) na Data de Emissão, observado o disposto na Cláusula 5.2.1.1, abaixo.

5.2.1.1 Não ocorrerá a Emissão se o valor mínimo de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), perfazendo, na Data de Emissão, o montante mínimo de 500 (quinhentas) Debêntures subscritas ("Valor Mínimo de Subscrição") não for alcançado.

### 5.3 Número de Séries

5.3.1 A Emissão será realizada em série única.

### 5.4 Quantidade de Debêntures

5.4.1 Serão emitidas até 2.000 (duas mil) Debêntures no âmbito da Emissão, observado o disposto nas Cláusulas 5.2.1 e 5.2.1.1 acima.

### 5.5 Banco Mandatário e Instituição Depositária

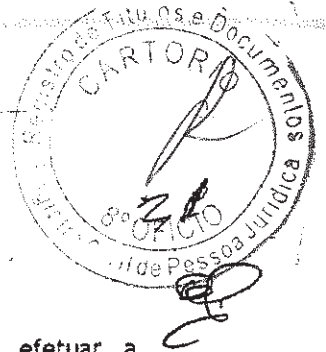
5.5.1 O Banco Mandatário da Emissão é o Itaú Unibanco S.A. e a Instituição Depositária das Debêntures é o Itaú Corretora de Valores S.A., conforme definido na Cláusula 1.1 acima.



2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO  
Nº 945436

29 MAR 2016 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAV LAMOTTA



5.5.1.1 A Instituição Depositária será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures e pela confirmação da titularidade do debenturista.

5.5.1.2 Os contratos de prestação de serviços firmados entre a Emissora e o Banco Mandatário e Instituição Depositária ficarão à disposição dos Debenturistas na sede da Emissora.

## 5.6 Colocação e Procedimento de Distribuição

5.6.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob regime de melhores esforços de colocação para a totalidade das Debêntures, com a Intermediação do Coordenador Líder, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantias Adicionais, em Série Única, da Primeira Emissão da Canabrava Agrícola S.A sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder.

5.6.2 O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador poderá acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

5.6.3 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM n.º 476.

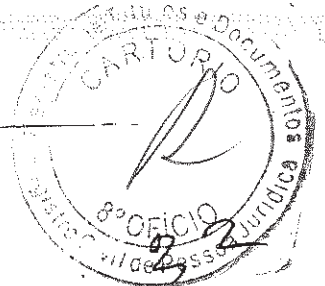
5.6.4 Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.



2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB  
Nº 945436

29 MAR 2016 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA



## 5.7 Data de Emissão das Debêntures

5.7.1 Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será a data da primeira subscrição e integralização realizada por qualquer Investidor Qualificado.

## 5.8 Valor Nominal Unitário das Debêntures

5.8.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo respeitada a subscrição mínima definida pelo artigo 4º, II, da Instrução CVM n.º 476.

## 5.9 Forma

5.9.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

## 5.10 Conversibilidade

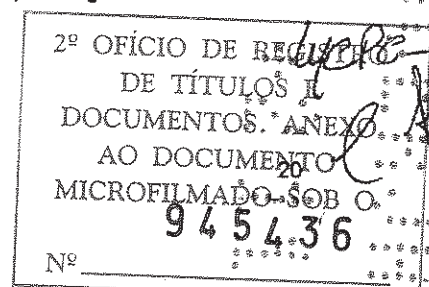
5.10.1 As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

## 5.11 Comprovação de Titularidade

5.11.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas no SND, será reconhecido igualmente como comprovante de titularidade o extrato em nome do titular da Debênture emitido pela CETIP.

## 5.12 Espécie

5.12.1 As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantias adicionais nos termos das Cláusulas 5.32, 5.33 e 5.34, abaixo.



29 MAR 1976 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LANOTTA



### 5.13 Preço de Subscrição e de Integralização

5.13.1 As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista pelo Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido dos Juros Remuneratórios, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização, de acordo com as fórmulas abaixo e observada a Cláusula 5.7 acima.

5.13.2 As Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado desde a Data da Emissão, pela variação do IGP-M/FGV, sendo o produto dessa atualização incorporado a este automaticamente, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário da Data da Emissão ou saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

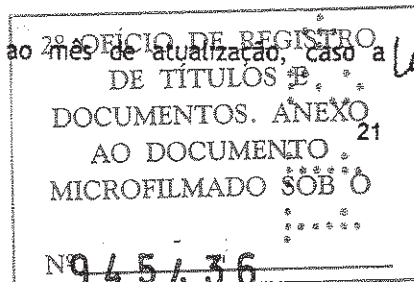
C = Fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, apurado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dap}{doi}} \right]$$

Onde:

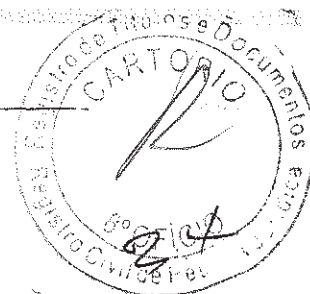
n = número total de índices considerados na atualização do ativo, sendo n um número inteiro;

NI<sub>k</sub> = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização, caso a



29 MAR 1976 1639776

RUBEN LAMOTTA, 152-C PAULO  
DR. RADISLAV LAMOTTA



atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário do ativo.  
Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

*[Handwritten signature]*

$NI_{k-1}$  = valor do número-índice do mês anterior ao mês "k";

dup = é o número de Dias Úteis da Data da Emissão ou da última data de aniversário até a data do cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do índice considerado na atualização do ativo, sendo "dup" um número inteiro; e

dut = é o número de Dias Úteis contidos entre o primeiro dia do mês da Data de Emissão ou última data de aniversário e a próxima data de aniversário, sendo "dut" um número inteiro.

Para os efeitos das definições acima, considera-se como "data de aniversário" todo dia 1º (primeiro) de cada mês. Caso o dia 1º de cada mês não seja Dia Útil, prorroga-se a data para o primeiro Dia Útil subsequente.

O número índice do IGP-M/FGV deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do IGP-M/FGV será realizada anualmente, ou no menor período permitido pela legislação em vigor; nesse caso, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Caso, na data de atualização, o número-índice do mês a ser utilizado no cálculo de atualização não esteja disponível, será utilizada a última variação do índice de preços disponível para cálculo da variação deste mês.

Nas hipóteses de restrição de uso, ausência de publicação, suspensão do cálculo ou extinção do IGP-M/FGV, será automaticamente utilizado para apuração dos valores devidos em razão das Debêntures, a variação do Índice de Preços ao Consumidor publicado pela Fundação Getúlio Vargas (IPC/FGV) ou, na sua falta, a variação do seu substituto legal, não sendo



2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO 22  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO

Nº 945436



29 MAR 1639776

RECHAHIM LEBSTANT, 152-S. PAULO  
DR. RADI SLAU LANDTIA

devidas quaisquer compensações entre as Partes em razão da diferença existente entre os índices utilizados.

5.13.3 Juros Remuneratórios para efeito de subscrição:

O cálculo dos Juros Remuneratórios para efeito de subscrição será efetuado considerando o Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme abaixo:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

Onde:

J = valor unitário dos juros remuneratórios devidos no final de cada período de capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorJuros = \left[ \left( \frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

Onde:

Taxa = 10,00 taxa de juros anual fixa base 252 dias úteis; e

n = Número de dias úteis entre a Data de Emissão e a data atual, sendo "n" um número inteiro.

5.14 Prazo de Vigência e Data de Vencimento

5.14.1 O prazo de vigência das Debêntures se iniciará na Data de Emissão e se encerrará em 1º de dezembro de 2017, sendo esta a Data de Vencimento das



ARQUIVO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO 23  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB  
Nº 945436

29 MAR 2016 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LANOTTA



Debêntures. Na respectiva Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração de que trata a Cláusula 5.15.1 abaixo, calculada *pro rata temporis*, desde a data da efetiva subscrição e integralização das Debêntures ou a data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data do Vencimento.

#### 5.15 Cálculo do Saldo Devedor com Atualização Monetária, Juros e Amortização

5.15.1 A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus à seguinte remuneração ("Remuneração") composta pela atualização monetária, conforme abaixo calculada, ("Atualização Monetária") e Juros Remuneratórios.

#### 5.16 Atualização Monetária de cada Parcela

5.16.1 As Debêntures contarão com atualização monetária desde a Data da Emissão, incidente sobre cada Parcela de Amortização ("PA"), de acordo com o quadro na Cláusula 5.20.1 abaixo, pela variação do IGP-M/FGV ("Valor Nominal Unitário Atualizado"), sendo o produto dessa atualização incorporado a este automaticamente, segundo a seguinte fórmula:

$$PAAN = PAN \times C$$

Onde:

PAAN = Parcela de Amortização Atualizada de ordem N, calculada com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

PAN = Parcela de Amortização de ordem N, calculada com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

N = Número inteiro relativo à cada Parcela de Amortização em questão;

N = 1, 2, 3, 4, 5, e 6; e

2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº 945436

24

29 MAR 25 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA



C = Fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, apurado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices considerados na atualização do ativo, sendo n um número inteiro;

$NI_k$  = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

$NI_{k-1}$  = valor do número-índice do mês anterior ao mês "k";

dup = é o número de Dias Úteis da Data da Emissão ou da última data de aniversário até a data de atualização, sendo "dup" um número inteiro; e

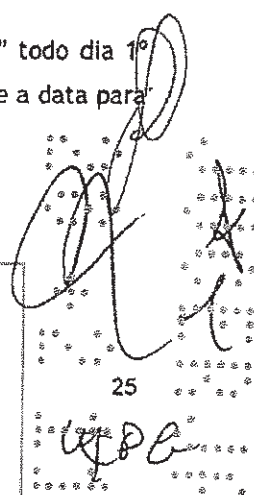
dut = é o número de Dias Úteis contidos entre o primeiro dia do mês da Data da Emissão ou última data de aniversário e a próxima data de aniversário, sendo "dut" um número inteiro.

Para os efeitos das definições acima, considera-se como "data de aniversário" todo dia 1º (primeiro) de cada mês. Caso o dia 1º de cada mês não seja Dia Útil, prorroga-se a data para o primeiro Dia Útil subsequente.



2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº 945436



29 MAR 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LANOTTA



5.16.2 O número índice do IGP-M/FGV deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

5.16.3 A aplicação do IGP-M/FGV será realizada anualmente, ou no menor período permitido pela legislação em vigor; nesse caso, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade. Caso, na data de atualização, o número-índice do mês a ser utilizado no cálculo de atualização não esteja disponível, será utilizada a última variação do índice de preços disponível para cálculo da variação deste mês.

5.16.4 Nas hipóteses de restrição de uso, ausência de publicação, suspensão do cálculo ou extinção do IGP-M/FGV, será automaticamente utilizado para apuração dos valores devidos em razão das Debêntures, a variação do Índice de Preços ao Consumidor publicado pela Fundação Getúlio Vargas (IPC/FGV) ou, na sua falta, a variação do seu substituto legal, não sendo devidas quaisquer compensações entre as Partes em razão da diferença existente entre os índices utilizados.

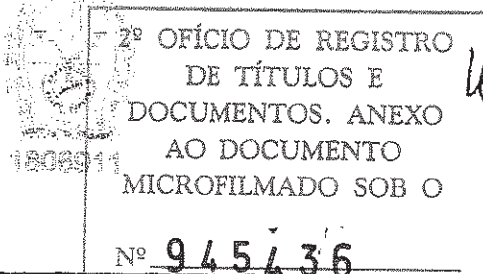
#### 5.17 Periodicidade de Pagamento da Atualização Monetária

5.17.1 A Atualização Monetária de cada parcela de amortização das Debêntures será paga anualmente a partir de 1º de dezembro de 2012, juntamente com a Parcela de Amortização e Juros Remuneratórios em questão, sendo que a data de pagamento da primeira Parcela de Amortização e Juros Remuneratórios será 1º de dezembro de 2012 a última será 1º de dezembro de 2017, conforme definido na tabela da Cláusula 5.20.1 abaixo.

#### 5.18 Juros Remuneratórios de cada Parcela

5.18.1 O cálculo dos Juros Remuneratórios de cada parcela será efetuado em conjunto com a Atualização Monetária conforme abaixo:

$$J = \{PAAN * (Fator Juros - 1)\}$$



26

29 MAR 2012 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA



Onde:

J = valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

PAAN = Conforme definido na Cláusula 5.16 acima;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{FatorJuros} = \left[ \left( \frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

Onde:

Taxa = 10,00 taxa de juros anual fixa base 252 Dias Úteis; e

n = Número de dias úteis entre a Data de Emissão e a data atual, sendo "n" um número inteiro.

#### 5.19 Periodicidade do Pagamento dos Juros Remuneratórios

5.19.1 Os Juros Remuneratórios de cada parcela de amortização das Debêntures serão pagos anualmente a partir de 1º de dezembro de 2012, juntamente com a Parcela de Amortização Atualizada em questão, sendo que a data de pagamento da primeira Parcela de Amortização e Juros Remuneratórios será 1º de dezembro de 2012 e a última será 1º de dezembro de 2017, conforme definido na tabela da Cláusula 5.20.1 abaixo.

#### 5.20 Amortização

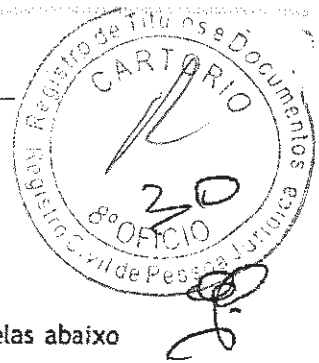
5.20.1 O Valor Nominal Unitário de emissão das Debêntures será amortizado em 6 (seis) parcelas anuais e consecutivas conforme a tabela a seguir ("Amortização das Debêntures" ou "Amortização"), após o término do Período de Carência. O (primeiro) pagamento ocorrerá em 1º de dezembro de 2012 e o último em 1º de dezembro de 2017 ("Parcela de Amortização"). Em caso de amortização

OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº 945436

29 MAR 2016 1639776

R. DE LAMENHAU, 182 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA



extraordinária, os percentuais de amortização e os valores das parcelas abaixo relacionados serão alterados de forma que os novos percentuais totalizem 100% do saldo do Valor Nominal Unitário.

Datas de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário de Emissão das Debêntures a ser Amortizado	N	Parcela de Amortização de Ordem N
01.12.2012	11,00%	1	1.100,00
01.12.2013	24,00%	2	2.400,00
01.12.2014	18,00%	3	1.800,00
01.12.2015	14,50%	4	1.450,00
01.12.2016	15,50%	5	1.550,00
01.12.2017	17,00%	6	1.700,00

#### 5.21 Aquisição Facultativa

5.21.1 Caso haja disponibilidade de venda no mercado secundário, a Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir parte ou a totalidade das Debêntures em Circulação, desde que respeitada todas as regras da CVM a esse respeito.

5.21.1.1 As Debêntures objeto do procedimento descrito na Cláusula 5.21.1 acima poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado.

#### 5.22 Resgate Antecipado Total

5.22.1 A Emissora reserva-se o direito de, a seu exclusivo critério, exclusivamente nas datas dos pagamentos previstos na Cláusula 5.20.1 acima, após deliberação de assembleia geral extraordinária da Emissora, promover o resgate antecipado total das Debêntures em Circulação, observado o disposto no artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações.

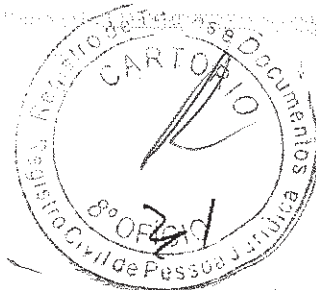
5.22.2 Quando do resgate antecipado total, haverá, além do pagamento integral do saldo devedor das Debêntures, incluindo o Valor Nominal Unitário Atualizado

2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº 945436

29 MAR 1986 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA



das Debêntures ou seu saldo acrescido dos Juros Remuneratórios capitalizados até a data de efetivo pagamento, de acordo com as fórmulas previstas na Cláusula 5.18.1, acima, o pagamento de 1% (um por cento) de multa sobre o saldo devedor das Debêntures a serem resgatadas.

5.22.2.1 As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos serão canceladas pela Emissora.

5.22.3 O resgate antecipado resultante do direito previsto na Cláusula 5.22. acima somente poderá ocorrer mediante Comunicação de Resgate, enviada pela Emissora, com o auxílio operacional do Agente Fiduciário, a todos Debenturistas, sem distinção, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência da Data de Resgate Antecipado. A Data de Resgate Antecipado deverá ser obrigatoriamente um Dia Útil e a CETIP deverá ser comunicada pelo Agente Fiduciário com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da Data de Resgate Antecipado.

5.22.3.1 Na Comunicação de Resgate deverá constar: (i) a Data de Resgate Antecipado; (ii) a menção de que o valor a ser pago aos Debenturistas, a título de resgate antecipado, será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos e ainda não pagos até a Data de Resgate Antecipado, calculados *pro rata temporis*, de acordo com as fórmulas previstas na Cláusula 5.18, acima, bem como da multa prevista na Cláusula 5.22.2, acima; (iii) a quantidade de debêntures a serem resgatadas; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do resgate antecipado.

5.22.3.2 A Comunicação de Resgate deverá ser publicada na forma de Aviso aos Debenturistas, conforme previsto na Cláusula 5.29 abaixo.

### 5.23 Amortização Extraordinária

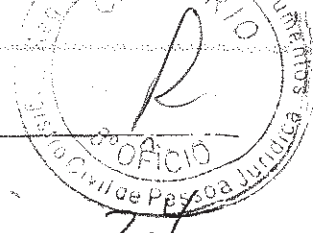
5.23.1 A Emissora reserva-se o direito de, a seu exclusivo critério, exclusivamente nas datas dos pagamentos previstos na Cláusula 5.20.1 acima, após deliberação de assembléia geral extraordinária da Emissora, promover a amortização



2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O  
Nº 945436

29 MAR 1639776

R. DE JAMIN CONSTANTIN, 162 - S. PAULO  
DR. RADISLAV LAMOTTA



extraordinária, parcial, das Debêntures em Circulação, limitado a 90% (noventa por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo do valor nominal.

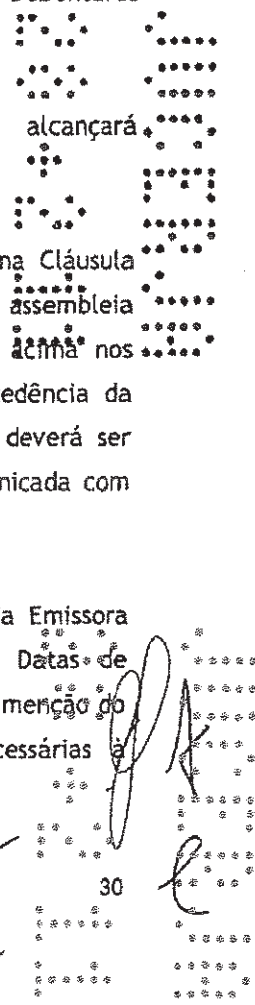
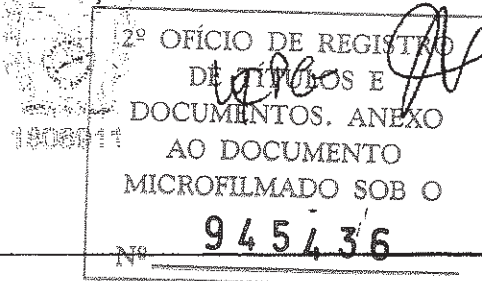
5.23.1.1 A Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência da amortização extraordinária acerca da decisão de promover a amortização, na forma mencionada na Cláusula 5.23.1, acima. A Data de amortização extraordinária deverá ser obrigatoriamente um Dia Útil e a CETIP deverá ser comunicada pelo Agente Fiduciário com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da realização da amortização extraordinária.

5.23.2 Quando da amortização extraordinária, haverá, além do pagamento integral da parcela do saldo devedor das Debêntures referente à amortização, incluindo a parcela do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou a parcela do seu saldo acrescido dos Juros Remuneratórios capitalizados até a data de efetivo pagamento, de acordo com as fórmulas previstas na Cláusula 5.18, o pagamento de 1% (um por cento) de multa sobre a parcela do saldo devedor das Debêntures a ser amortizado.

5.23.2.1 A amortização extraordinária parcial alcançará proporcionalmente todas as Debêntures em Circulação.

5.23.3 A amortização extraordinária resultante do direito previsto na Cláusula 5.23.1 acima somente poderá ocorrer mediante publicação da ata da assembleia geral extraordinária da Emissora mencionada na Cláusula 5.23.1 acima nos Jornais de Publicação, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência da amortização extraordinária. A data da amortização extraordinária deverá ser obrigatoriamente um Dia Útil, sendo que a CETIP deverá ser comunicada com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

5.23.3.1 Na ata da assembleia geral extraordinária da Emissora mencionada na Cláusula 5.23.1 acima deverá constar: (i) a Data de Amortização extraordinária; (ii) o percentual de amortização, e a menção do valor a ser pago; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da amortização extraordinária.



29 MAR 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA



*[Handwritten signature]*

#### 5.24 Repactuação Programada

5.24.1 As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

#### 5.25 Multa e Juros Moratórios

5.25.1 Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso, sem prejuízo da Remuneração das Debêntures prevista na presente Escritura de Emissão, inclusive nas hipóteses de vencimento antecipado.

#### 5.26 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

5.26.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.25 acima, o não comparecimento dos Debenturistas para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora previstas nesta Escritura de Emissão, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração ou qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.

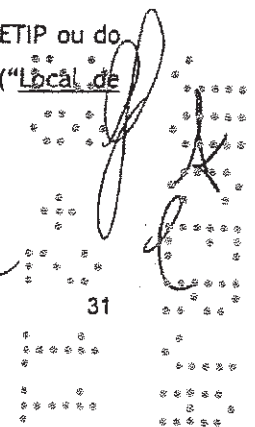
#### 5.27 Forma e Local de Pagamento

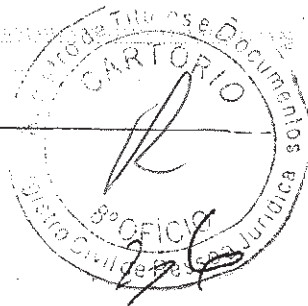
5.27.1 As Debêntures serão devidas e pagas pela Emissora através da CETIP ou do Banco Mandatário, conforme posição de custódia do Debenturista ("Local de Pagamento").



2ª OFICINA DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº 945436





29 MAR 16 39776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADIELAU LAMOTTA

5.27.1.1 Para as Debêntures depositadas na CETIP, todos os pagamentos devidos aos Titulares das Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP por meio do Banco Mandatário da presente Emissão. Caso, excepcionalmente, por qualquer motivo, os Titulares das Debêntures não estejam vinculados a esse sistema, os pagamentos serão feitos por meio do Banco Mandatário da presente Emissão, na Cidade e Estado de São Paulo, contra a apresentação do extrato da Instituição Depositária.

#### 5.28 Prorrogação dos Prazos

5.28.1 Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pela Emissora até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, caso o vencimento coincida com um dia que não seja Dia Útil, sem que haja qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.

#### 5.29 Comunicação

5.29.1 As comunicações aos interesses dos Debenturistas deverão ser publicadas na forma de Aviso aos Debenturistas nos Jornais de Publicação.

#### 5.30 Publicidade

5.30.1 Todos os atos, decisões relevantes e convocações a serem efetuados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, a critério razoável da Emissora em comum acordo com o Agente Fiduciário, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, nos Jornais de Publicação, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº

945436

32

29 MAR 2011 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 102 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA



### 5.31 Imunidade de Debenturistas

5.31.1 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seu pagamento os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

### 5.32 Garantias Reais

5.32.1 As Debêntures farão jus às seguintes Garantias Reais:

a) Alienação Fiduciária de 10.000 (dez mil) ações ordinárias de emissão da Emissora, representativas de 100% (cem por cento) de seu capital social, de propriedade da Controladora e do Fiador, por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, que será devidamente registrado nos Cartórios de Títulos e Documentos das cidades de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, e na Cidade e Estado de São Paulo, e foi aprovado pela assembleia geral extraordinária da Controladora em 21 de fevereiro de 2011;

b) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios - AEHC obtidos pela Avalista com a comercialização de AEHC para a Cosan Combustíveis e Lubrificantes S.A., por meio do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, que será devidamente registrado nos Cartórios de Títulos e Documentos das cidades de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, e na Cidade e Estado de São Paulo e foi aprovado pela assembleia geral extraordinária da Avalista em 21 de fevereiro de 2011;

c) Cessão Fiduciária da Conta Vinculada - AEHC, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, que será devidamente registrado nos Cartórios de Títulos e Documentos das cidades de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, e na Cidade e Estado de São Paulo e foi aprovado pela assembleia geral extraordinária da Avalista em 21 de fevereiro de 2011; e

2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº 945436

29 MAR 1999 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA



d) Cessão Fiduciária da Conta Vinculada - Cana, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, que será devidamente registrado nos Cartórios de Títulos e Documentos das cidades de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, e na Cidade e Estado de São Paulo e foi aprovado pela AGE.

5.32.2 Os direitos creditórios mencionados na alínea "b" da Cláusula 5.32.1, acima, poderão ser substituídos a qualquer tempo, independentemente de aprovação dos Debenturistas ou do Agente Fiduciário, por qualquer dos Direitos Creditórios Elegíveis, observado que deve ser mantida a proporção mínima das garantias oferecidas em relação às Obrigações Garantidas, conforme a Cláusula 4.3 do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

### 5.33 Fiança

5.33.1 Além das Garantias Reais mencionadas na Cláusula 5.32 acima, as Debêntures contarão com garantia adicional de fiança, prestada pelos Fiadores qualificados no preâmbulo desta Escritura de Emissão.

5.33.2 Os Fiadores, nas condições aqui estipuladas, constituem-se, nos termos e para os efeitos do Código Civil Brasileiro, de forma irrevogável e irretratável, fiadores e devedores solidários, sem benefício de ordem, de todas as Obrigações Garantidas, garantindo o pronto e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, até sua final liquidação, bem como prometendo pagar o seu equivalente nas hipóteses previstas nesta Cláusula e subsequentes.

5.33.3 A presente Fiança é prestada pelos Fiadores em caráter irrevogável e irretratável e será válida até o fiel e completo cumprimento da totalidade das Obrigações Garantidas nos termos do artigo 818 do Código Civil, mesmo na hipótese de, por qualquer motivo, o vencimento, total ou parcial, de quaisquer Obrigações Garantidas serem estendidas para depois dos prazos pactuados na presente Escritura de Emissão, ou ainda, caso o Agente Fiduciário, em conformidade com a deliberação dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conceda um Período de Cura.



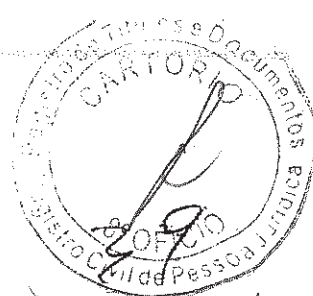
2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº

945436

29 MAR 1976 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 162-S. PAULO  
DR. RADISLAU LANOTTA



5.33.3.1 A responsabilidade dos Fiadores inicia-se na presente data e abrange todas e quaisquer Obrigações Garantidas que, nos termos dos Documentos da Operação, torne-se exigível, mesmo que antecipadamente durante o Período de Carência, em caso de vencimento antecipado das Debêntures e durante o Período de Cura.

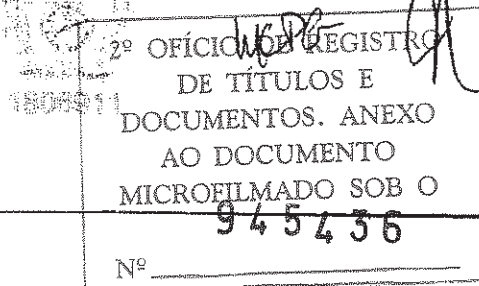
5.33.3.2 Os Fiadores declaram ter se informado sobre os riscos decorrentes da prestação da presente garantia fidejussória e ter aceitado tais riscos.

5.33.3.3 As obrigações dos Fiadores decorrentes desta Fiança não serão afetadas por qualquer direito dos Fiadores contra a Emissora.

5.33.3.4 Os Fiadores responderão até o montante necessário para o pagamento de todas as Obrigações Garantidas.

5.33.3.5 Os Fiadores deverão cumprir todas as suas obrigações decorrentes desta Fiança no Brasil, em moeda corrente nacional, líquidos de quaisquer despesas, tributos, taxas, impostos, contribuições de qualquer natureza, encargos, retenções ou responsabilidades, no primeiro Dia Útil seguinte ao recebimento de simples notificação, informando o valor a ser pago pelos Fiadores, sobre o qual incidirão juros, Atualização Monetária, multas e encargos moratórios, previstos nesta Escritura de Emissão para as Obrigações Garantidas, até o total e final pagamento desses valores. Referida notificação simples do Agente Fiduciário aos Fiadores deverá informar a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando a, os montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza.

5.33.3.6 Os pagamentos serão realizados pelos Fiadores de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha ou possa ter ou exercer em relação às suas obrigações assumidas nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão.



29 MAR 1983 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA



5.33.3.7 A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação das Obrigações Garantidas. Dessa forma, uma ou mais ações em separado poderão ser propostas contra os Fiadores para execução da presente Fiança.

5.33.3.8 Os Fiadores renunciam expressamente aos direitos e prerrogativas que lhe conferem os artigos 333, 821, 827, 829, 834, 835, 837 e 838, todos do Código Civil e os artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil.

5.33.3.9 É vedado aos Fiadores exonerarem-se da Fiança ora prestada, inclusive nos casos expressamente previstos no artigo 838 do Código Civil, também sendo vedado aos Fiadores admitir ou invocar qualquer objeção ou oposição da Emissora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

5.33.3.10 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejara, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

5.33.3.11 Os Fiadores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente por eles honrada.

5.33.3.12 Tendo em vista que a presente Emissão conta com garantia fidejussória, a presente Escritura de Emissão será levada a registro pela Emissora em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede das Partes no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data de sua celebração. Após referido registro, a Emissora deverá encaminhar uma via original da Escritura de Emissão devidamente registrada para o Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do referido registro.

2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº 945436

29 MAR 1976 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA



5.33.3.13 O Fiador desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures e das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão.

5.33.3.14 Fica certo e ajustado o caráter não excludente, mas cumulativo entre si, da Alienação Fiduciária de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios - AEHC, do Aval e da Fiança, podendo os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, executar todas ou cada uma destas garantias indiscriminadamente, conjunta ou separadamente, para os fins de amortizar ou liquidar as obrigações pecuniárias da Emissora devidas nos termos das Debêntures e assumidas nesta Escritura de Emissão.

#### 5.34 Aval

5.34.1 Além das Garantias Reais mencionadas na Cláusula 5.32 acima e da Fiança mencionada na Cláusula 5.33 acima, as Debêntures contarão com garantia adicional de aval, prestado pela Avalista, nos termos dos artigos 897 e seguintes do Código Civil, e dos artigos 30 e seguintes da Lei Uniforme sobre Letras de Câmbio e Notas Promissórias, aprovada pelo Decreto nº 57.663, de 24 de janeiro de 1966, conforme alterado.

#### 5.35 Vencimento Antecipado

5.35.1 Observado o disposto nesta Cláusula, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário Atualizado não amortizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios definidos na Cláusula 5.18 e multa prevista na Cláusula 5.25, devido até a data do efetivo pagamento, calculado de forma *pro rata temporis*, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura de Emissão, mediante entrega à Emissora de comunicação por escrito, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos, sendo cada um, um Evento de Vencimento Antecipado:

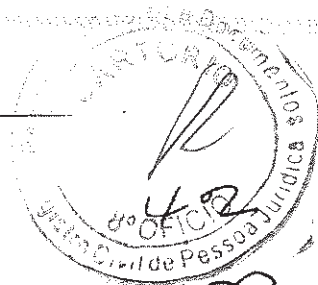


2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº 945436

29 MAR 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA



- i. descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações pecuniárias relacionadas às Debêntures, não sanadas em 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do descumprimento;
- ii. descumprimento, pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas e/ou por seus acionistas controladores e/ou pela Avalista, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures estabelecida nos Documentos da Operação e/ou na legislação em vigor aplicável, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias da comunicação do referido descumprimento pelo Agente Fiduciário ou por qualquer terceiro à Emissora, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- iii. não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas e/ou pela Avalista e/ou por seus acionistas controladores, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora e/ou das suas controladas e/ou da Avalista e/ou de seus acionistas controladores até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- iv. provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora, pela Controladora, pela Avalista ou pelos Fiadores nos Documentos da Operação;
- v. pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora, por qualquer de suas controladas, e/ou pela Avalista e/ou por qualquer de seus acionistas controladores;

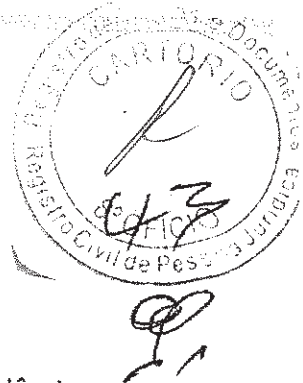


2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº 945436

29 MAR 1983 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LANOTTA



- vi. extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora, de suas controladas, e/ou da Avalista e/ou de seus acionistas controladores;
- vii. distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seu acionista, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nos Documentos da Operação, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- viii. transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- ix. não cumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado proferida por tribunal competente contra a Emissora e/ou qualquer de suas controladas e/ou a Avalista e/ou seus acionistas controladores, em valor unitário ou agregado superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ou seu contra-valor em outras moedas, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data estipulada para pagamento;
- x. realização de redução de capital social da Emissora, após a data de registro das Debêntures junto à CETIP, exceto se previamente autorizado por Debenturistas que representem, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação - Assembleia, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;
- xi. inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas a Emissora e/ou qualquer de suas controladas e/ou a Avalista e/ou seus acionistas controladores, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº 945436

29 MAR 1988 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA



- xii. protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou qualquer de suas controladas e/ou a Avalista e/ou os seus acionistas controladores em valor individual ou agregado superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), por cujo pagamento a Emissora e/ou qualquer de suas controladas e/ou a Avalista e/ou seus acionistas controladores sejam responsáveis, ainda que indiretamente, reajustado desde a Data da Emissão pelo IGP-M/FGV, salvo se, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto for cancelado, ou ainda, (iii) forem prestadas garantias em juízo;
- xiii. se as obrigações de pagar da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com as demais dívidas de mesma classe da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal ou assumidas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro - InvesteRio ou com o Fundo de Investimento de Campos - FUNDECAM;
- xiv. transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora das obrigações assumidas nos Documentos da Operação, sem a prévia anuência de 75% (setenta e cinco por cento) dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- xv. venda, cisão, fusão, incorporação da Emissora que resulte em alteração de controle que reduza a classificação de risco (*rating*) atribuída à Emissora, salvo se tenha sido previamente aprovada pelos titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação que estiverem presentes em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o procedimento de convocação previsto abaixo;



2º OFÍCIO DO REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O  
Nº 945436

29 MAR 1976 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LANOTTA



- xvi. não observância pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas e/ou pela Avalista e/ou seus acionistas controladores de quaisquer das declarações e garantias indicadas nos Documentos da Operação;
- xvii. qualquer alteração ou modificação do objeto social da Emissora, salvo se previamente aprovada por titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação que estiverem presentes em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o procedimento de convocação previsto abaixo;
- xviii. na hipótese de as Garantias não estarem devidamente constituídas nos prazos máximos estipulados nos respectivos instrumentos. Entendem-se por Garantias devidamente constituídas, todos os procedimentos para que os documentos estejam com as assinaturas das respectivas partes e de testemunhas, bem como verificados os poderes dos representantes dessas partes, a obtenção de eventuais aprovações societárias e anuências e a efetivação dos respectivos registros junto aos Cartórios de Títulos e Documentos, Cartórios de Registro de Imóveis ou Juntas Comerciais, conforme o caso;
- xix. se a presente Escritura de Emissão for declarada nula, anulada, inválida ou ineficaz;
- xx. em caso de desapropriação total ou parcial da Área de Implantação, por decisão administrativa ou judicial, ou em caso de imissão do poder público expropriante na posse direta da Área de Implantação;
- xxi. se não forem mantidos em dia os pagamentos de todos os tributos, impostos, taxas, contribuições, lançados ou incidentes sobre a Área de Implantação, exceto se (i) notificada a pagar referidos débitos, realizá-lo no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento de notificação, ou (ii) a exigibilidade dos referidos créditos estiver ou for suspensa nos termos do artigo 151 do Código Tributário Nacional;



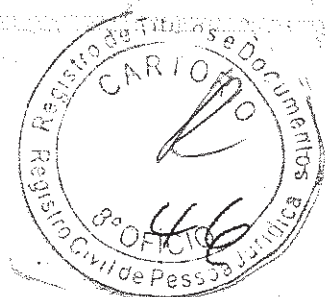
2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº

945436

29 MAR 85 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA



- xxii. se, por qualquer razão, haja o abandono da Área de Implantação pela Emissora;
- xxiii. se houver a deterioração ou perecimento total ou parcial, da Área de Implantação desde que resulte em uma Mudança Material Adversa;
- xxiv. se, por qualquer forma, as Garantias forem objeto de alienação, promessa de alienação ou constituição de novos ônus que não respeitem a preferência das Debêntures, observado o disposto na Cláusula 5.32.2;
- xxv. se houver a deterioração ou perecimento que resulte em uma Mudança Material Adversa, total ou parcial, de qualquer dos bens ou direitos objeto das Garantias, ou caso esses se tornem inúteis, inábeis ou impróprios para garantir as Obrigações Garantidas e não venham a ser substituídos no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis da data de comunicação recebida pela Emissora;
- xxvi. se a Emissora prestar qualquer outra garantia, pessoal ou real, de qualquer espécie, incluindo a alienação fiduciária de quaisquer de seus ativos que resulte em uma Mudança Material Adversa, exceto nos casos do item xiii acima;
- xxvii. não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Oferta estritamente nos termos da Cláusula 4.2.1 acima;
- xxviii. descumprimento de quaisquer Cláusulas listadas no Capítulo VI- Obrigações Adicionais da Emissora, não sanadas em até 30 (trinta) dias após notificação feita pelo Agente Fiduciário;
- xxix. a ocorrência e continuação de um ato ou fato que tenha resultado ou possa resultar em uma Mudança Material Adversa;
- xxx. a não substituição ou reforço das Garantias, sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário; e

2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº 945436

29 MAR 1976 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. NADISLAV LAMOTTA



xxxí. A não recomposição do Fundo de Liquidez, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento de notificação do Agente Fiduciário contendo solicitação neste sentido.

5.35.2 Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado indicados nas alíneas i, v, vi, viii, x, xvii, xix e xx da Cláusula 5.35.1 acima, o vencimento antecipado das Debêntures, será automático e independente de qualquer notificação à Emissora, sendo exigido o imediato pagamento mencionado no caput da Cláusula 5.35.1.

5.35.3 Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado indicados nas alíneas ii, iii, iv, vii, ix, xi, xii, xiii, xiv, xv, xviii, xxii, xxiii, xxiv, xxv, xxvi, xxix, xxx e xxxi da Cláusula 5.35.1 acima, o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas deverão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, para o prazo máximo de 30 (trinta) Dias Úteis da data de convocação, para deliberar acerca da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, ressalvada a hipótese de a Emissora e/ou qualquer de suas controladas e/ou a Avalista e/ou seus acionistas controladores terem ocorrido o Evento de Vencimento Antecipado em questão até a data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas. A Assembleia Geral de Debenturistas somente poderá determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures por deliberação de titulares detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação - Assembleia. Caso contrário, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, independentemente de notificação à Emissora e exigir o imediato pagamento mencionado no caput da Cláusula 5.35.1.

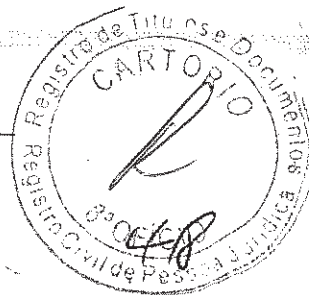
5.35.4 Caso, sendo convocada a Assembleia Geral de Debenturistas nos termos desta Cláusula e esta não venha a se realizar, ou caso a Assembleia Geral de Debenturistas se realize, respeitada a forma de convocação e o quorum estabelecidos acima e não haja, (i) deliberação no momento de seu encerramento, ou (ii) quorum suficiente, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e

2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº 945436

29 MAR 16 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAV LAMOTTA



exigir o imediato pagamento pela Emissora mencionado no caput da Cláusula 5.35.1.

5.35.5 Na ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado previsto nas alíneas xvi, xxi, xxvii e xxviii da Cláusula 5.35.1 acima, o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas deverão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, para o prazo máximo de 30 (trinta) Dias Úteis da data de convocação, para deliberar acerca da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, ressalvada a hipótese de a Emissora e/ou qualquer de suas controladas e/ou a Avalista e/ou seus acionistas controladores terem curado o Evento de Vencimento Antecipado em questão até a data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas. A Assembleia Geral de Debenturistas somente poderá determinar que o Agente Fiduciário declare o vencimento antecipado das Debêntures por deliberação de titulares detentores de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação - Assembleia, sendo que na hipótese de aprovação com base neste quorum mínimo, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, independentemente de notificação à Emissora e exigir o imediato pagamento pela Emissora mencionado no caput da Cláusula 5.35.1.

#### CAPÍTULO VI - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1 Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com os termos da Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- submeter anualmente, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;

2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº

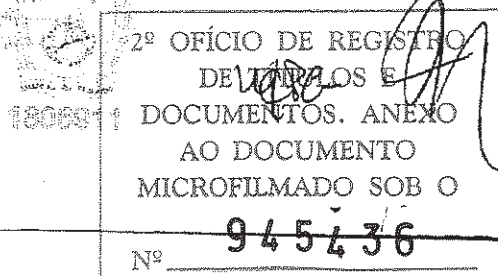
945436

29 MAR 88 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA

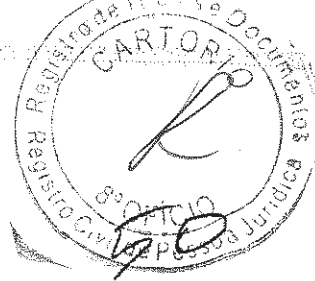


- c) divulgar suas demonstrações financeiras, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, no prazo máximo de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- d) dentro de, no máximo, 3 (três) meses após o término de cada exercício social, ou até 3 (três) Dias Úteis após a data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, encaminhar ao Agente Fiduciário: (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas e auditadas relativas ao respectivo exercício social encerrado, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas parecer dos auditores independentes; (ii) declaração dos administradores da Emissora atestando o cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Documentos da Operação; e (iii) os documentos necessários à reavaliação das Garantias;
- e) manter os documentos mencionados na alínea "c" em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- f) fornecer ao Agente Fiduciário:
- cópia de qualquer notificação judicial recebida pela Emissora e/ou qualquer de suas controladas e/ou a Avalista e/ou seus acionistas controladores, imediatamente após seu recebimento, que possa resultar em uma Mudança Material Adversa sobre as Debêntures ou sobre as garantias prestadas em favor dos Debenturistas;
  - informações a respeito da ocorrência de qualquer dos Evento de Vencimento Antecipado e/ou de ato ou fato que tenha resultado ou possa resultar em uma Mudança Material Adversa sobre as Debêntures ou sobre as garantias prestadas em favor dos Debenturistas, imediatamente após a sua verificação. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório da Emissora e/ou qualquer de suas controladas e/ou a Avalista e/ou seus acionistas controladores contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora e/ou qualquer de suas controladas e/ou a Avalista e/ou seus



29 MAR 2016 1639776

RE: LANÇAMENTO (AKT) DE S.F. PAULO  
DR. RADISLAV LANOTTA



*[Handwritten signature]*

- acionistas controladores, pretende tomar com relação a tal ocorrência, o qual deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis da verificação da ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado;
- iii. dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM n.º 28;
- iv. todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório mencionado na alínea "r" da Cláusula 7.4.1 abaixo que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do referido relatório na CVM;
- g) convocar, nos termos desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- h) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- i) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM n.º 358, comunicando imediatamente ao Coordenador e ao Agente Fiduciário;
- j) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- k) manter sempre, atualizados e em boa ordem os livros, registros societários, bem como sua contabilidade, de modo a permitir que o Agente Fiduciário (ou auditor independente por este contratado às expensas da Emissora) realize auditoria extraordinária na Emissora, sendo que a respectiva solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de sua realização;
- l) disponibilizar atendimento, de forma eficiente, aos Debenturistas;

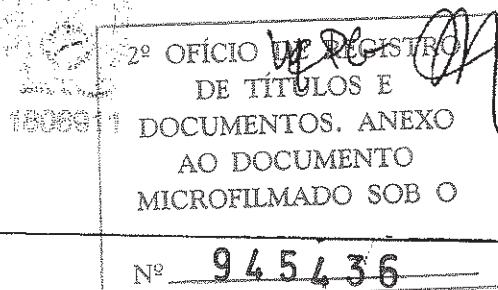
2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O  
Nº 945436

29 MAR 1986 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA

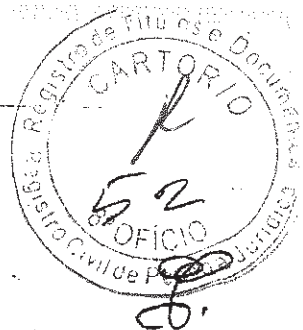


- m) não realizar operações fora de seu objeto social;
- n) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social, com esta Escritura de Emissão, com os Documentos da Operação, com o Contrato de Distribuição celebrado com o Coordenador, e outros contratos celebrados com os demais prestadores de serviço no âmbito desta Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- o) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias prestadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- p) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa, judicial ou arbitral, cumprir, em todos os aspectos relevantes, com todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- q) efetuar o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- r) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadas pelo Agente Fiduciário e pelo Deutsche Bank que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão;
- s) informar à CETIP o valor e a data de pagamento de toda e qualquer remuneração referente às Debêntures;
- t) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou



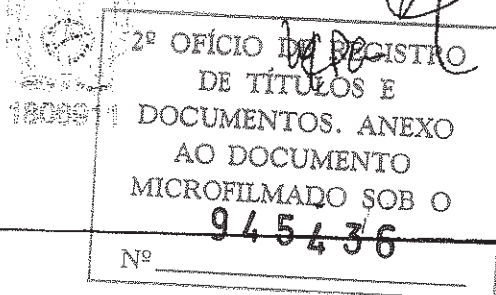
29 MAR 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAV LAMOTTA



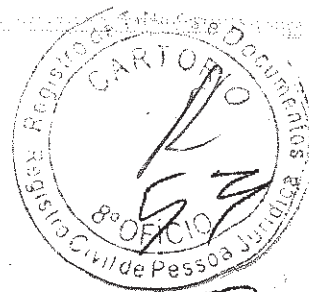
societárias e nos negócios da Emissora e/ou de suas controladas que impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures;

- u) tomar as medidas necessárias para:
  - i. preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais), alvarás e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios e/ou de suas controladas dentro dos respectivos objetos sociais e das práticas comerciais usuais; e
  - ii. manter em boas condições de conservação os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas controladas, excetuando-se pelo desgaste normal;
- v) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures no SND, conforme o disposto no Termo de Compromisso e Regulamento do SND, por meio da CETIP;
- w) manter seus ativos operacionais relevantes e/ou de suas controladas adequadamente segurados, conforme as melhores práticas correntes no mercado de atuação da Emissora e/ou de suas controladas;
- x) atender de forma eficiente às solicitações razoáveis e fundamentadas dos titulares das Debêntures e do Agente Fiduciário;
- y) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário e Instituição Depositária, o Deutsche Bank, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio do SND, bem como todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;
- z) fazer com que os recebíveis decorrentes do Contrato de Venda de Cana sejam pagos em moeda corrente nacional e sejam depositados exclusivamente na Conta Vinculada - Direitos Creditórios Cana; e



29 MAR 5 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA



aa) manter, sempre, a proporção entre as Obrigações Garantidas e a (i) a Cessão Fiduciária - Conta Vinculada Cana; (ii) a Cessão Fiduciária - Conta Vinculada; e (iii) a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios - AEHC, consideradas em conjunto, conforme percentual indicado na Cláusula 4.3. do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

6.1.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.1 acima, nada nesta Escritura de Emissão restringe o direito da Emissora de alterar, aditar ou renegociar o Contrato de Venda de Cana, desde que os recebíveis decorrentes do Contrato de Venda de Cana, conforme alterado, sejam suficientes para que a Emissora deposite na Conta Vinculada Direitos Creditórios - Cana um valor equivalente ao necessário para constituir o próximo Fundo de Liquidez, a cada ano.

## CAPÍTULO VII - AGENTE FIDUCIÁRIO

### 7.1 Nomeação

7.1.1 A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda, acima qualificado, o qual, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora a comunhão de interesses dos Debenturistas.

7.1.2 O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;

b) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável;

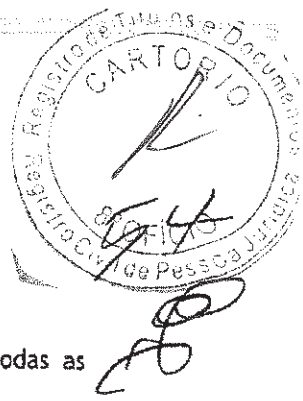


2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº 945436

29 MAR 1991 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA



- c) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas Cláusulas e condições;
- d) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais para tanto;
- e) a celebração desta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com seus termos e condições;
- f) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- g) não tem qualquer impedimento legal ou conflito de interesse, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução da CVM n.º 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- h) não tem qualquer ligação com a Emissora e/ou com a Controladora que o impeça de exercer suas funções;
- i) verificou, com base nos Documentos da Operação, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão; e
- j) verificou a regularidade da constituição das Garantias, nos termos da fiança prestada nesta Escritura, do aval prestado pelo Avalista nesta Escritura de Emissão, da Alienação Fiduciária de Ações e da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios - AEHC; e
- k) está ciente da circular n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil.

7.1.3 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora



2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº 945436



29 MAR 85 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LANOTTA

ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

## 7.2 Remuneração do Agente Fiduciário

7.2.1 Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, o quanto segue:

- a) Parcelas anuais de R\$23.000,00 (vinte e três mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º(quinto) dia após a integralização das Debêntures, e os demais pagamentos, nas mesmas datas dos anos subseqüentes até o fiel cumprimento de todas as Obrigações Garantidas;
- b) As parcelas serão atualizadas, na menor periodicidade admitida em Lei, pelo IPCA, ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, a serem corrigidos anualmente desde a data de pagamento da primeira parcela até a data de pagamento de cada parcela, calculados *pro-rata* dia se necessário;
- c) A remuneração prevista será devida mesmo após o vencimento das Debêntures quando tratar-se de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados em lei ou nesta Escritura de Emissão, como configuradores de Evento de Vencimento Antecipado;
- d) As parcelas serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS, PIS, COFINS e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de pagamento; e
- e) A Emissora, mediante aprovação, ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para



2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº 945436

REC'D - CIVIL RIGHTS DIVISION 4-2-67 AUTO  
APR 2 1967

60 (sessenta)  
prévia dos  
de que seja

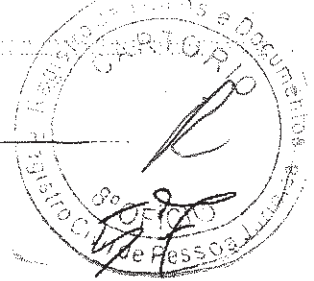
ssora, por  
debentures  
rer até 15  
caberá à

№

9 4 5 4 3 6

29 MAR 1988 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA



Emissora efetuá-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

- 7.3.2 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.
- 7.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.
- 7.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deve ser arquivada na JUCERJA.
- 7.3.5 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura de Emissão ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição, ou até que todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão sejam cumpridas.
- 7.3.6 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os termos e condições aqui descritos, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.
- 7.3.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº 945736

29 MAR 1639776

RUA JONAS LINS TAVEL, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA



#### 7.4 Deveres e Obrigações do Agente Fiduciário

7.4.1 Além de outros previstos em lei, em atos normativos da CVM, ou na presente Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) realizar, como obrigação de meio, o acompanhamento dos Eventos de Vencimento Antecipado, sendo certo que a emissão de declaração dos administradores da Emissora serão suficientes para verificar tal acompanhamento;
- c) verificar a regularidade da constituição das Garantias previstas nesta Escritura de Emissão, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- d) examinar a proposta de substituição dos bens dados em garantia, quando a substituição estiver autorizada por esta Escritura de Emissão, manifestando a sua expressa e justificada concordância ou discordância, conforme o caso;
- e) intimar a Emissora a reforçar as Garantias previstas nesta Escritura de Emissão, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- f) realizar o acompanhamento da Conta Vinculada - Direitos Creditórios - Cana e da Conta Vinculada - Direitos Creditórios - AEHC através dos acessos e relatórios que lhe forem disponibilizados pelo Deutsche Bank e fornecer ordens de movimentação das referidas contas;
- g) cumprir com todas as obrigações assumidas como Agente Fiduciário, constituídas nos termos dos documentos de constituição das Garantias;



2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

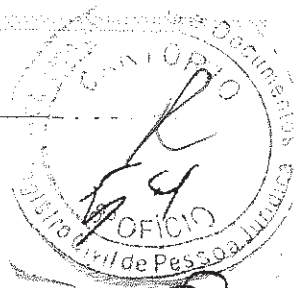
Nº

945436

54

29 MAR 85 1639776

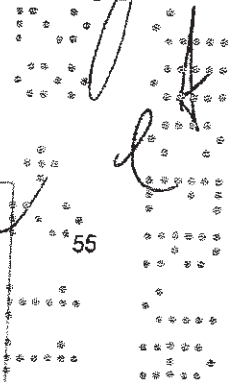
R. NADISLAU LANOTTA



- h) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- i) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- j) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- k) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- l) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias prestadas pela Emissora, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- m) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes nas propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- n) solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;

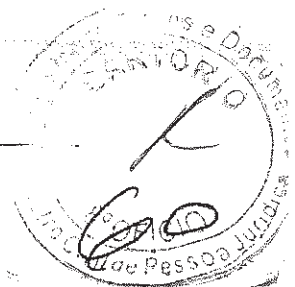


2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O  
Nº 945436



29 MAR 1977 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LANOTTA



- o) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora, sendo certo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- p) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos Jornais de Publicação, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão;
- q) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- r) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

- i. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- ii. alterações estatutárias ocorridas no período;
- iii. comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
- iv. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- v. resgate, amortização e pagamentos de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como repactuação, aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

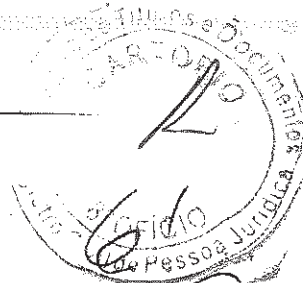


2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº 945436

29 MAR 2016 1639776

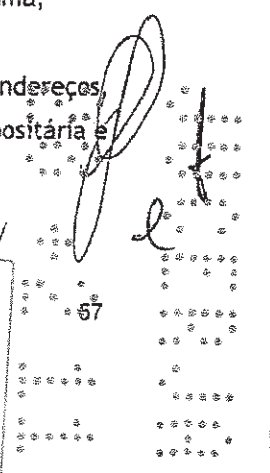
R. BENJAMIN CONSTANT, 132-S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA

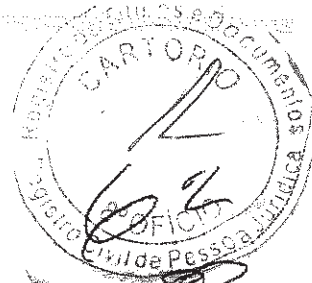


- vi. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
  - vii. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
  - viii. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
  - ix. relação dos bens e valores entregues à sua administração; e
  - x. declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias das Debêntures.
- s) colocar à disposição o relatório de que trata a alínea "r" acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, de cada semestre, ao menos nos seguintes locais:
- i. na sede da Emissora;
  - ii. na sede do Agente Fiduciário;
  - iii. na CVM; e
  - iv. na CETIP.
- t) comunicar aos Debenturistas, através de anúncio público em jornal, na forma da Cláusula 5.29 acima, às expensas da Emissora, que o relatório se encontra, à sua disposição nos locais indicados na alínea "s" acima;
- u) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, à Instituição Depositária e a CETIP;

1806311

2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O  
Nº 945136





29 MAR 2016 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LANOTTA

v) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer; e

w) sem prejuízo do disposto sobre Vencimento Antecipado acima, notificar os Debenturistas individualmente por correspondência, no prazo máximo de 10 (dez) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, à CETIP e ao Coordenador.

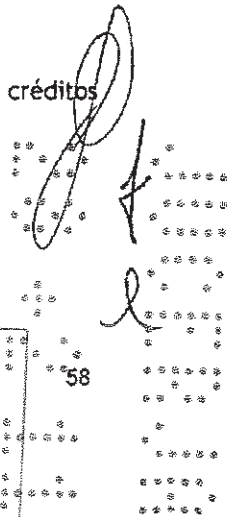
## 7.5 Atribuições Específicas

7.5.1 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de Inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza, nos termos da legislação aplicável;
- c) executar a Fiança, o Aval, a Alienação Fiduciária de Ações, a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios - AEHC, a Cessão Fiduciária Conta Vinculada - AEHC e a Cessão Fiduciária Conta Vinculada - Cana, bem como garantias adicionais que substituam as garantias relacionadas;
- d) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e

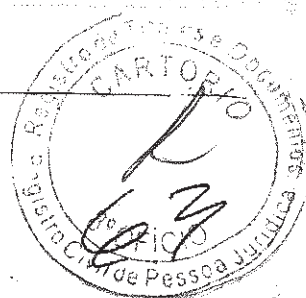


2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O  
Nº 945436



29 MAR 1981 1639776

RUA JACINTO GONÇALVES, 102-S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA



e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.5.2 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas das alíneas "a" a "d" da Cláusula 7.5.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese do disposto na alínea "e" da Cláusula 7.5.1 acima, será suficiente a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação.

## 7.6 Despesas

7.6.1 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos inclusive, aquelas incorridas com:

- a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoção entre Cidades e Estados do País, hospedagem e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.6.2 O ressarcimento a que se refere a Cláusula 7.6.1 acima será efetuado em até 10 (dez) Dias Úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas.



2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº

945436

29 MAR 1977 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA



7.6.3 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, exceto nas hipóteses em que as despesas sejam feitas em caráter de comprovada urgência, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente e previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

7.6.4 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas Garantias das Debêntures.

#### CAPÍTULO VIII - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

8.1 A Emissora declara e garante às Partes, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras, nos termos da regulamentação aplicável;

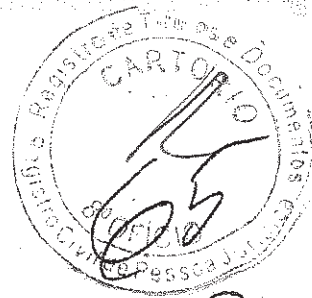


2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O  
945436

Nº

29 MAR 85 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LANOTTA



- b) os valores depositados na Conta Vinculada Direitos Creditórios - Cana serão ao menos equivalentes ao valor necessário para a formação do próximo Fundo de Liquidez, a cada ano, conforme disposto no Contrato de Depósito Vinculado;
- c) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- d) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- e) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas, assim como a emissão das Debêntures não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora e/ou a Avalista e/ou sua Controladora sejam parte ou ~~seja~~ qual-  
quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em  
(i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer  
destes contratos ou instrumentos; (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou  
instrumentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora e/ou a  
Avalista e/ou a Controladora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam  
sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou  
arbitral que afete a Emissora e/ou a Avalista e/ou a Controladora ou quaisquer de  
seus bens e propriedades;
- f) a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes e necessárias exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades;
- g) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- h) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão; e

1804911

2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº 945436

29 MAR 1985 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAV LAMOTTA



- i) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

8.2 A Avalista declara e garante às Partes, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras, nos termos da regulamentação aplicável;
- b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações, previstas, assim como a concessão do Aval e a celebração da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios - AEHC não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, (a) qualquer contrato ou documento no qual a Avalista é parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Avalista ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Avalista quaisquer de seus bens e propriedades;
- e) a Avalista tem todas as autorizações e licenças relevantes e necessárias exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades;



2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

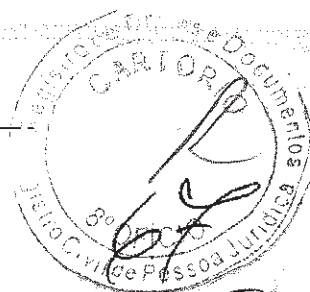
945436

Nº

62

29 MAR 1976 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 162 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA



- f) a Avalista está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- g) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão; e
- h) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Avalista, exequível de acordo com os seus termos e condições.

8.3 A Controladora declara e garante às Partes, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras, nos termos da regulamentação aplicável;
- b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas, assim como a celebração da Alienação Fiduciária de Ações não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, (a) qualquer contrato ou documento no qual a Controladora é parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Controladora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Controladora, quaisquer de seus bens e propriedades;



2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº 945436

29 MAR 25 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LANOTTA



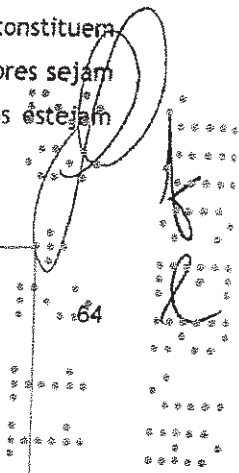
- e) tem, ou está em fase de obtenção, todas as autorizações e licenças relevantes e necessárias exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades;
- f) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- g) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão; e
- h) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Controladora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

8.4 Os Fiadores declaram e garantem às Partes, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- a) os Fiadores têm poder e capacidade plenos para celebrar esta Escritura de Emissão, cumprir com as obrigações nele assumidas e consumir as operações nele contempladas. Nenhuma outra medida ou ato é necessário para autorizar a assinatura, a formalização e o cumprimento da presente Escritura de Emissão pelos Fiadores;
- b) a assinatura e formalização desta Escritura de Emissão pelos Fiadores, a prestação da Fiança, o cumprimento de todas e quaisquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou a implementação das operações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, não:
- i. infringem, conflitam ou resultam em infração, vencimento antecipado ou rescisão de, nem de outra forma dão a qualquer pessoa, direitos ou compensação adicional por força de, ou direito de rescindir, nem constituem inadimplemento nos termos de qualquer contrato do qual os Fiadores sejam parte, ou ao qual os Fiadores ou qualquer de seus bens ou ativos estejam sujeitos ou vinculados;

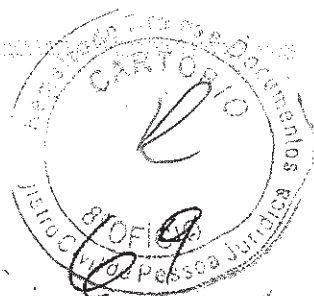


2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O  
945436  
Nº \_\_\_\_\_



29 MAR 1965 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LANOTTA



- ii. violam ou conflitam com qualquer lei ou permissão à qual os Fiadores ou qualquer de seus respectivos bens estejam sujeitos;
  - iii. dependem de qualquer consentimento, aprovação ou autorização de, ou notificação para, ou arquivamento ou registro perante qualquer pessoa ou autoridade governamental, exceto conforme previsto na Cláusula 5.33.3.12; e
  - iv. infringem qualquer acordo de sócios ou dependem da concordância de outras pessoas, estando os Fiadores livres e devidamente habilitados para assumir os compromissos presentes nesta Escritura de Emissão;
- c) cumprirão com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão; e
- d) Esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculativa dos Fiadores, exequível de acordo com as suas disposições.

## CAPÍTULO IX - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

### 9.1 Convocação

- 9.1.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação - Assembleia, ou pela CVM.
- 9.1.2 A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes nos Jornais de Publicação, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei



2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB  
Nº 945436

29 MAR 1966 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA



das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.1.3 As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

9.1.4 Independente de publicações e/ou avisos, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação - Assembleia.

9.1.5 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação - Assembleia, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

9.1.6 Salvo determinado quorum específico estabelecido na presente Escritura de Emissão, as demais deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas dependerão da maioria simples dos Debenturistas presentes ao conclave.

## 9.2 Quorum de Instalação

9.2.1 A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação - Assembleia e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

9.2.2 Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, considera-se as Debêntures em Circulação - Assembleia.

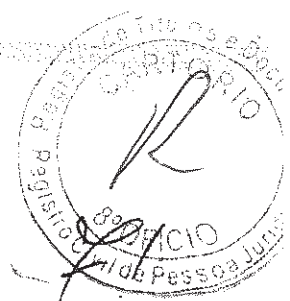
1805911

2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O  
945436

Nº

29 MAR 1967 1639776

R. BENJAMIN CONSTANT, 102 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LANDOTTA



### 9.3 Mesa Diretora

- 9.3.1 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

### 9.4 Quorum de Deliberação

- 9.4.1 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular um voto, sendo admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

- 9.4.2 Ressalvados os casos previstos na presente Escritura de Emissão, as matérias sujeitas à Assembleia Geral de Debenturistas serão aprovadas pelos titulares da maioria das Debêntures em Circulação - Assembleia que estiverem presentes na Assembleia Geral de Debenturistas.

- 9.4.3 Observado o disposto na Cláusula 9.4.2 acima e respeitado o disposto nas Cláusulas 5.35.3, 5.35.4 e 5.35.5 acima, relativas ao Vencimento Antecipado:

- a) ressalvado o disposto no item (b) abaixo, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão, deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação - Assembleia; e
- b) as alterações (i) na Remuneração, (ii) nas Datas de Pagamento de Remuneração, (iii) nas Datas de Amortização, (iv) nas Cláusulas desta Escritura de Emissão que dispõem sobre hipóteses de Vencimento Antecipado, (v) no prazo das Debêntures, e/ou (vi) nos dispositivos sobre quorum previstos nesta Escritura de Emissão, deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação - Assembleia.



2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº 945736

29 MAR 2016 1639776

RAIMUNDO L. CONSTANT, 102-R. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA



9.4.4 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

9.4.5 O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

#### CAPÍTULO X - NOTIFICAÇÕES

10.1 Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

Canabrava Agrícola S.A.  
Rodovia RJ - 224, sem número, (parte), Distrito de Travessão  
CEP.: 28175-000 - Campos dos Goytacazes - RJ  
At.: Ludovico Giannattasio  
Tel.: (22) 2789-1587  
Fax.: (22) 2711-7598  
Correio Eletrônico: [ludovico@usinacanabrava.com.br](mailto:ludovico@usinacanabrava.com.br)

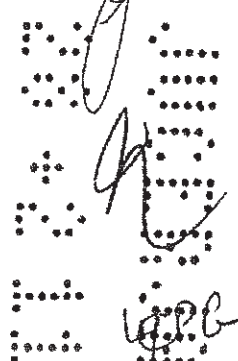
**Para a Controladora:**

Portopar Participações S.A.  
Rodovia RJ - 224, sem número, (parte), Distrito de Travessão,  
CEP.: 28175-000 - Campos dos Goytacazes - RJ  
At.: Ludovico Giannattasio  
Tel.: (22) 2274-2146  
Fax.: (22) 2789-1587  
Correio Eletrônico: [ludovico@usinacanabrava.com.br](mailto:ludovico@usinacanabrava.com.br)

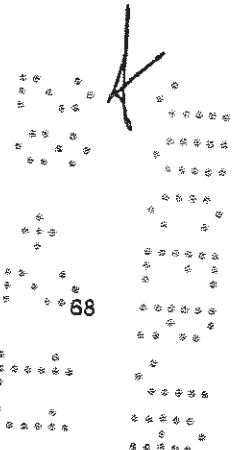
180691

2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº 945436



2





SECRETARIA DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO DE REGISTRO CIVIL E CARTÓRIO

1639776 29 MAR 69

MIN CONSTANT, 152-S. PAULO  
DR. RADISLAV LAMOTTA

2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº 945736

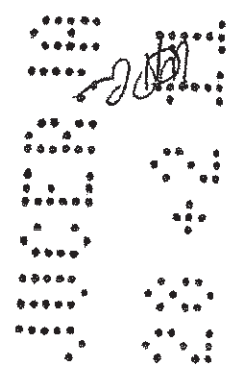
Para o Agente Fiduciário:

SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.  
Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 717, 6º e 10º andares, Itaim Bibi  
CEP.: 04530-001 - São Paulo - SP  
At.: Gregoli Pedroso Tasso  
Telefone: (11) 3048-9915 / 3048-9763  
Fac-símile: (11) 3048-9910  
Correio Eletrônico: gregoli@slw.com.br

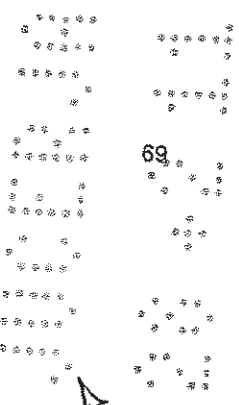
Para os Fidejutores:

Alcool Química Canabrava S.A.  
Rodovia RJ - 224, sem número, (parte), Distrito de Traversão,  
CEP.: 28175-000 - Rio de Janeiro - RJ  
At.: Ludovico Giannattasio  
Tel.: (22) 2274-2146  
Fax.: (22) 2789-1587  
Correio Eletrônico: ludovico@usinacanabrava.com.br

Para a Avalista:



69



23

Para o Banco Mandatário:

Banco Itaú Unibanco S.A.  
Pça. Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setúbal  
CEP.: 04344-030 - São Paulo - SP  
At.: Claudia Vasconcellos  
Tel.: (11) 5029-1910  
Fac-símile: (11) 5029-1394  
Correio Eletrônico: [claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br](mailto:claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br)

Para a Instituição Depositária:

Itaú Corretora de Valores S.A.  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar  
CEP.: 04538-132 - São Paulo - SP  
At.: Claudia Vasconcellos  
Tel.: (11) 5029-1905  
Fac-símile: (11) 5029-1394  
Correio Eletrônico: [claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br](mailto:claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br)

Para a CETIP:

CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos  
Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663 4º andar  
CEP.: 01452-001 - São Paulo, SP  
Tel.: (11) 3111-1596 / 3365-4925  
Fac-símile: (11) 3111-1564  
Correio eletrônico: [gr.debentures@cetip.com.br](mailto:gr.debentures@cetip.com.br)

10.2 As comunicações, conforme previstas nesta Cláusula serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por *fac-símile* ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser

2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº 945436

9776891 2011 62 1639776

45  
encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

## CAPÍTULO XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

### 11.1 Renúncia

11.1.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão.

### 11.2 Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

11.2.1 Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes, desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

### 11.3 Cessão

11.3.1 Em caso de cessão parcial ou total das Debêntures, nos termos descritos nesta Escritura de Emissão, o cessionário das Debêntures passará a fazer jus a todos os direitos descritos nesta Escritura de Emissão, na proporção da dívida detida contra a Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, devendo anuir



29 MAR 2011  
1639776  
OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS. ANEXO AO DOCUMENTO MICROFILMADO SOB O Nº 945736

2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O  
Nº 945736

quando da aquisição das Debêntures, a todos os termos e condições descritos nesta Escritura de Emissão.

#### 11.4 Fiel Depositária

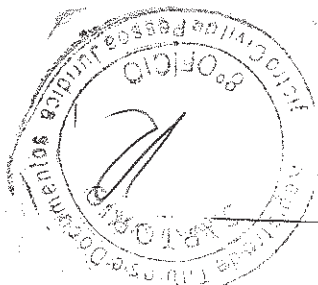
11.4.1 A Emissora, através de seu representante legal infra assinado, será fiel depositária, nos termos do artigo 629 do Código Civil, das versões assinadas e arquivadas dos Documentos da Operação, assumindo a obrigação de entregar tais documentos ao Agente Fiduciário, no local por ele indicado, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir do recebimento de notificação por escrito nesse sentido.



Nome: LUDOVICO TAVARES GIANNATTASIO  
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

#### 11.5 FATORES DE RISCO

11.5.1 O investimento em debêntures voltadas para financiamento de projetos envolve alto grau de risco. Os potenciais Investidores devem considerar cuidadosamente os riscos descritos abaixo antes de tomarem uma decisão de investimento. Esses riscos envolvem fatores de liquidez, crédito, mercado, rentabilidade, regulamentação específica, entre outros, que se relacionam à Emissora, à Área de Implantação, empresas do mesmo grupo econômico e às Debêntures. O potencial Investidor Qualificado deve ler cuidadosamente todas as informações que estão relacionadas na presente Escritura de Emissão e efetuar sua própria análise das Garantias que estão sendo constituídas à presente Emissão antes de tomar uma decisão de investimento. Os riscos abaixo elencados são a título exemplificativo e não taxativo.



1639776  
29 MAR 2011  
1806011

2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O  
Nº 945436

72

## RISCOS RELACIONADOS AO AMBIENTE MACROECONÔMICO

### *Intervenções na Política Econômica do Governo Federal Brasileiro.*

A economia brasileira tem sido marcada por frequentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal, que modificam as políticas monetárias, de crédito, fiscal e outras para influenciar a economia do Brasil.

As ações do Governo Federal para controlar a inflação e efetuar outras políticas envolveram, no passado, controle de salários e preço, desvalorização da moeda, controles no fluxo de capital e determinados limites sobre as mercadorias e serviços importados, dentre outras. Não há controle sobre quais medidas ou políticas que o Governo Federal poderá adotar no futuro e não é possível prevê-las. Os negócios, resultados operacionais e financeiros e o fluxo de caixa da Emissora podem ser adversamente afetados em razão de mudanças na política pública federal, estadual e/ou municipal, e por fatores como:

- índices de inflação;
- flutuações nas taxas de juros;
- falta de liquidez nos mercados doméstico, financeiro e de capitais;
- racionamento de energia elétrica;
- instabilidade de preços;
- política fiscal e regime tributário; e
- medidas de cunho político, social e econômico, incluindo, mas não limitado a políticas de controle cambial, que ocorram e possam afetar o País.

Adicionalmente, a Presidente da República tem poder considerável para determinar as políticas governamentais e atos relativos à economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e desempenho financeiro de empresas brasileiras. A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro, sendo assim, tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia



RECEBIMOS DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, ANEXO AO DOCUMENTO MICROFILMADO SOB O Nº 945736, em 29 MAR 2007, às 16h39min77s, em São Paulo, SP.

945736 29 MAR 2007 1639776

2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº 945736

73

78  
L

brasileira poderão prejudicar as atividades e resultados operacionais da Emissora, e por consequência, o seu desempenho financeiro.

*Efeitos desfavoráveis da Retração no Nível da Atividade Econômica.*

Eventual retração no nível de atividade da economia brasileira, ocasionada seja por crises internas ou crises externas, pode acarretar elevação no patamar de inadimplimento de pessoas físicas e jurídicas, incluindo o potencial patamar de inadimplimento dos atuais e futuros consumidores da Emissora.

Uma eventual redução do volume de investimentos estrangeiros no País poderá ter impacto no balanço de pagamentos, o que poderá forçar o Governo Federal a ter maior necessidade de captações de recursos, tanto no mercado doméstico quanto no mercado internacional, a taxas de juros mais elevadas. Igualmente, eventual elevação significativa nos índices de inflação brasileiros e eventual desaceleração da economia mundial podem trazer impacto negativo para a economia brasileira e vir a afetar os patamares de taxas de juros, elevando despesas com empréstimos já obtidos e custos de novas captações de recursos por empresas brasileiras.

*Riscos Relativos ao Ambiente Macroeconômico Internacional.*

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado pela percepção de risco do Brasil e de outras economias emergentes e a deterioração dessa percepção poderá ter um efeito negativo na economia nacional.

Acontecimentos adversos na economia e as condições de mercado em outros países de mercados emergentes, especialmente da América Latina, poderão influenciar o mercado em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras. Ainda que as condições econômicas nesses países possam diferir consideravelmente das condições econômicas no Brasil, as reações dos investidores aos acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros.

2º OFÍCIO DO REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº 945736

9776391

29 MAR 2011



79

Além disso, em consequência da globalização, não apenas problemas com países emergentes afetam o desempenho econômico e financeiro do país como também a economia de países desenvolvidos, como os Estados Unidos da América, interferem consideravelmente no mercado brasileiro.

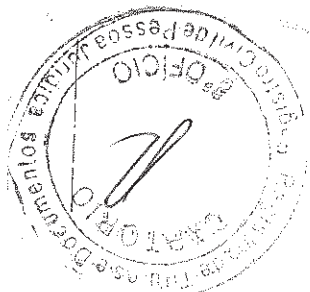
Assim, em consequência dos problemas econômicos em vários países de mercados desenvolvidos em anos recentes (como por exemplo, a crise imobiliária nos Estados Unidos da América em 2008), os investidores estão mais cautelosos na realização de seus investimentos, o que causa uma retração dos investimentos. Essas crises podem produzir uma evasão de investimentos estrangeiros no Brasil, fazendo com que as companhias brasileiras enfrentem custos mais altos para captação de recursos, tanto nacional como estrangeiro, impedindo ou dificultando o acesso ao mercado de capitais. Desta forma, é importante ressaltar que eventuais crises nos mercados internacionais podem afetar o mercado de capitais brasileiro e ocasionar uma redução ou falta de liquidez para as Debêntures.

#### RISCOS AGRÍCOLAS

Os riscos agrícolas inerentes a cultura da cana de açúcar foram considerados pela Emissora na previsão da produtividade e, consequentemente, em seu fluxo de caixa. Neste sentido, conservadoramente, a Emissora projetou uma média de 73 (setenta e três) toneladas de cana-de-açúcar por hectare. Entretanto, a ocorrência severa de alguns dos riscos abaixo pode afetar adversamente a produtividade do canavial, bem como a capacidade de pagamento da Emissora.

#### Riscos relacionados à ocorrência de pragas e doenças

A cana-de-açúcar pode ser atacada por vírus, bactérias, fungos e pragas, sendo que algumas delas, como alguns besouros e cupins, muitas vezes são observadas nas lavouras somente após terem causado danos, uma vez que são pragas de solo e, por isso, de difícil observação. Mesmo com medidas de prevenção, como inseticidas, os canaviais podem vir a sofrer infestações que podem afetar adversamente sua produção.



2º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS. ANEXO AO DOCUMENTO MICROFILMADO SOB O Nº 945736

1639776

29 MAR 2011

DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

*Riscos relacionados com a concorrência com outras culturas*

No Brasil tivemos a aprovação do Decreto nº 6.961/2009 com o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar (ZAEcana) que pretende orientar o cultivo de cana em áreas mais apropriadas e de maneira ordenada, minimizando os impactos ambientais. O Município de Campos de Goytacazes está enquadrado no zoneamento como região apta ao cultivo da cana-de-açúcar.

Entretanto, este zoneamento não impede que políticas públicas venham futuramente restringir a plantação de cana-de-açúcar por motivos ambientais ou sociais.

*Riscos relacionados a fenômenos climáticos*

É comum que ocorram adversidades climáticas que podem afetar direta ou indiretamente a produção agrícola, tais como: seca, granizo, geadas, vendaval, chuvas em excesso, dentre outras.

Dentre as adversidades climáticas existentes no Brasil, a seca é hoje a que causa maior impacto agrícola. Todavia, há registros históricos na área de cultivo de cana-de-açúcar, no norte fluminense, de enchentes que comprometeram a produtividade.

O Município de Campos de Goytacazes é descrito como apto para o cultivo de cana-de-açúcar, baseado em dados climáticos históricos pelo Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC). Entretanto, mudanças climáticas podem acontecer prejudicando este zoneamento.

**RISCOS RELACIONADOS À EMISSORA E SUAS OPERAÇÕES**

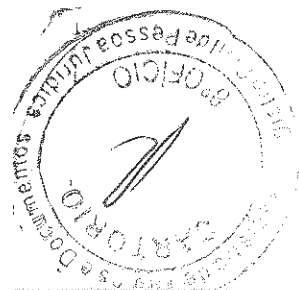
*Riscos relativos às atividades da Emissora e à sua condição de companhia em início de atividades*

A Emissora foi constituída em 23 de agosto de 2010 com o propósito específico de cultivar e fornecer cana-de-açúcar. Assim, devido ao estágio preliminar de

2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº 945736

29 MAR 2011  
1639776



PI  
L

operação da Emissora, a sua capacidade de implementar a estratégia de negócios proposta poderá ser prejudicada de modo relevante por vários fatores, tanto internos como externos, conhecidos como desconhecidos.

Tendo em vista que o plantio de cana-de-açúcar ainda não foi integralmente concluído, não há como assegurar que o fornecimento estará garantido nos prazos propostos. Desta forma, os recursos que serão originados a partir da comercialização de cana-de-açúcar podem ser afetados adversamente na hipótese de embargos da área, administrativos ou judiciais, em virtude de decisões judiciais ou propositura de ações que possam afetar o cultivo e a colheita da cana-de-açúcar.

Eventuais atrasos ou aumento de custos no plantio e na colheita podem provocar atraso no fornecimento de cana-de-açúcar. Adicionalmente, este atraso pode impactar negativamente o fluxo de caixa da Emissora, o que poderá suscitar a necessidade de capital adicional.

Além disso, a Emissora pode não ser capaz de fornecer cana-de-açúcar dentro do cronograma ou orçamento, devido a uma série de outros fatores e circunstâncias, incluindo, mas não se limitando a, falta de materiais, equipamentos, especialização técnica e mão-de-obra, condições climáticas adversas, fenômenos naturais, disputas trabalhistas, problemas imprevistos de cultivo e problemas ambientais ou geológicos que podem resultar no aumento dos investimentos para o plantio e a colheita de cana de açúcar.

A ocorrência de intempéries ou de condições diferentes das esperadas no momento do planejamento do cultivo podem ocasionar atrasos, dificuldades não antecipadas e contingências de naturezas diversas que podem implicar aumento nos custos e nos prazos do fornecimento de cana-de-açúcar, impactando negativamente o retorno dos investimentos e podendo impactar adversamente no pagamento das Debêntures.



29 MAR 2011  
1639776  
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
2º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº 945736

P2

**Riscos Relativos ao fato de o plantio e comercialização da cana de açúcar ser o único projeto da Emissora**

A Emissora consiste em uma sociedade cujo propósito específico consiste em fornecimento de cana de açúcar para a produção de etanol e capim elefante para co-geração de energia elétrica. Porém, inicialmente, a Emissora focará sua operação no plantio e comercialização da cana de açúcar somente.

Desta forma, caso não seja possível a implantação do canavial ou a sua operacionalização da forma pretendida, a Emissora não disporá de outros recursos para arcar com suas obrigações perante os Debenturistas.

Adicionalmente, caso a Avalista não cumpra o Contrato de Venda de Cana de Açúcar, a Emissora pode encontrar dificuldades em fornecer cana-de-açúcar para outra usina da região, impactando negativamente no preço negociado.

**Riscos relacionados ao fornecimento dos insumos ou serviços para plantio e colheita de cana de açúcar**

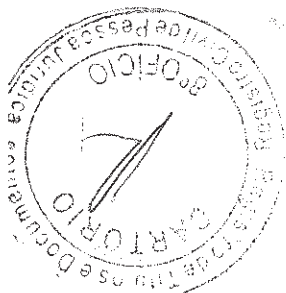
Riscos relacionados ao fornecimento de insumos podem ocorrer como, por exemplo, falta temporária de fertilizante, que comprometeria o cultivo da cana-de-açúcar ou a ausência de equipamentos para a colheita em tempo. Estes riscos podem comprometer os custos previstos para estas atividades, bem como prejudicar a produção de cana-de-açúcar temporariamente.

Riscos relacionados ao emprego de mão-de-obra na colheita, seja pela ausência local da mesma, seja por restrição nas condições de trabalho, pode acarretar em aumento de custos ou inviabilizar a colheita em determinadas áreas.

**RISCOS RELACIONADOS À EMISSÃO E ÀS DEBÊNTURES**

**Riscos financeiros da Emissão**

Há três espécies principais de riscos financeiros: (i) riscos decorrentes de possíveis descompassos entre as taxas de remuneração de ativos e passivos; (ii)



29 MAR 2016 1639776

2º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS. ANEXO AO DOCUMENTO MICROFILMADO SOB O Nº 945736

Handwritten signature and date 28/03/2016.

risco de insuficiência de recursos e/ou garantias; e (iii) risco de falta de liquidez, melhor descrito abaixo.

No caso da Emissora, o risco de descompasso entre as taxas de remuneração de ativos e passivos é mitigado pelo fato desta ter celebrado Contrato de Venda de Cana de Açúcar com o mesmo índice de atualização das Debêntures.

*A baixa liquidez do mercado secundário de debêntures brasileiro pode limitar substancialmente a capacidade dos Investidores de vender as Debêntures.*

A presente Emissão é realizada nos termos da Instrução CVM n.º 476, com o objetivo de dar mais agilidade e reduzir os custos de emissão das Debêntures, tendo em vista que a Emissão é realizada com esforços restritos e, segundo os ditames da Instrução CVM n.º 476, está isenta de registro perante a CVM e de apresentação do prospecto da Oferta.

As Debêntures adquiridas no âmbito da presente Oferta somente poderão ser negociadas após o prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da respectiva integralização, e a venda só pode ser realizada entre Investidores Qualificados.

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures apresenta histórico de baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Debêntures que permita a seus subscritores sua posterior alienação, caso venham a decidir vendê-las.

Tendo em vista as particularidades de ofertas no âmbito da Instrução CVM n.º 476, é de se prever que a liquidez das Debêntures seja ainda menor do que a liquidez histórica, que já era baixa. Dessa forma, os titulares das Debêntures podem ter dificuldades em realizar sua venda no mercado secundário.



1. REUBEN AMIN CONSTANT, 192-9-PAULO  
DR. RAONILAU LAMOTTA

29 MAR 2011 1639776

DEPARTAMENTO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O  
Nº 945436

Nº

P 4

*As obrigações da Emissora, constantes da Escritura de Emissão, estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.*

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Emissora, tais como: (i) pedido de recuperação judicial ou falência por parte da Emissora e (ii) não cumprimento das obrigações previstas na Escritura de Emissão, entre outras.

A classificação de risco atribuída à presente Emissão baseou-se na atual condição da Emissora e nas informações presentes na data de celebração desta Escritura de Emissão. Não existe garantia de que a classificação de risco permanecerá inalterada durante a vigência das Debêntures. Caso a classificação de risco seja rebaixada, os Debenturistas poderão encontrar dificuldades ainda maiores para obter o retorno esperado do investimento.

Não há garantias de que a Emissora terá recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de vencimento antecipado de suas obrigações.

#### *Risco de Estrutura*

A presente Emissão tem o caráter de "operação estruturada", desta forma e pelas características inerentes a este conceito, a arquitetura do modelo financeiro, econômico e jurídico considera um conjunto de rigores e obrigações de parte a parte estipuladas através de contratos públicos ou privados tendo por diretrizes a legislação em vigor.

No entanto, em razão da pouca maturidade e da falta de tradição e jurisprudência no mercado de capitais brasileiro, no que tange a operações de debêntures, em situações de controvérsia, poderá haver perdas por parte dos Debenturistas em razão do dispêndio de tempo e recursos para eficácia do arcabouço contratual. Não há garantias nem parâmetros seguros que possam lastrear de qualquer previsão ou indicativo do posicionamento dos tribunais brasileiros com relação às questões aqui tratadas.

2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

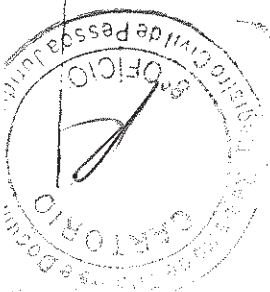
Nº

945736

ROBERTO LAMOUNIER, 162-S. PAULO

29 MAR 2001 1639776

VALDIR M. VIEIRA, 162-S. PAULO



85

Adicionalmente, por ser uma "operação estruturada", é recomendado aos Investidores efetuar a leitura completa de todos os documentos relacionados à Emissão de Debêntures bem como dos contratos referentes às Garantias. Ainda neste sentido, devem efetuar sua própria análise dos riscos envolvidos, inclusive no que se refere à constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias que lhe são concedidas.

#### **Risco Tributário**

Este pode ser definido como o risco de perdas devido à criação de tributos, nova interpretação ou ainda de interpretação diferente que venha a se consolidar sobre a incidência de quaisquer tributos, obrigando as partes a novos recolhimentos, ainda que relativo a operações já efetuadas, tanto com relação às Debêntures quanto com relação às atividades da Emissora.

#### **Demais Riscos**

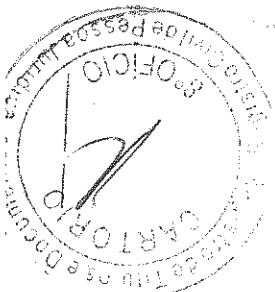
As Debêntures também poderão estar sujeitas a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis às Debêntures, alteração na política econômica, dentre outros.

#### **Inexistência de Garantia de Rentabilidade**

Haja vista que o investimento nas Debêntures envolve uma série de riscos previsíveis e imprevisíveis, a presente Emissão não poderá ser considerada ou interpretada como uma garantia ou promessa de rentabilidade, ganhos e/ou retorno financeiro ao Debenturista.

### **11.6 Relacionamento entre as Partes**

11.6.1 Além do relacionamento referente à Oferta Restrita, empresas do mesmo grupo econômico do Coordenador Líder prestam, ou podem vir a prestar, outros serviços para empresas do mesmo grupo econômico da Emissora, dentre os quais a gestão de carteira de valores mobiliários do Canabrava Bioenergia Fundo de



29 MAR 2011 16:39:776  
R. JOSE MANOEL CONSTANTINO, 152 - S. PAULO  
DR. RADISLAU LAMOTTA

2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O  
Nº 945436

86

Investimento em Participações - Controle, fundo de investimento constituído sob a forma de condomínio fechado e inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.565.053/0001-39, que tem por objeto captar recursos para investimento em sociedades do mesmo conglomerado econômico da Emissora, o qual se encontra em fase de registro junto à CVM.

## CAPÍTULO XII - ARBITRAGEM

### 12.1 Legislação Aplicável e Cláusula Compromissória

12.1.1 Qualquer controvérsia, litígio, questão, dúvida ou divergência de qualquer natureza relacionado direta ou indiretamente a este Contrato ("Conflito"), envolvendo qualquer dos subscritores ("Partes Envolvidas"), inclusive, será resolvido por meio de arbitragem, a ser conduzida perante e administrada pela Câmara de Conciliação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro ("FGV").

12.1.2 A arbitragem será realizada de acordo com as normas procedimentais da FGV em vigor no momento da arbitragem.

12.1.3 A arbitragem caberá a um tribunal arbitral composto por três árbitros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil ("Tribunal Arbitral").

12.1.4 Cada Parte Envolvida indicará um árbitro. Havendo mais de um reclamante, todos eles indicarão de comum acordo um único árbitro; havendo mais de um reclamado, todos eles indicarão de comum acordo um único árbitro. O terceiro árbitro, que presidirá o Tribunal Arbitral, será escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelas Partes Envolvidas.

12.1.5 Quaisquer omissões, recusas, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas Partes Envolvidas ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela FGV.

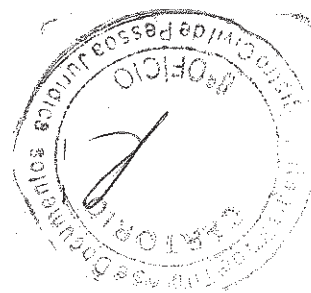
2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

945736

945736

29 MAR 82

OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CÂMARA DE CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM  
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS



12.1.6 Os procedimentos previstos na presente Cláusula também se aplicarão aos casos de substituição de árbitro.

12.1.7 A arbitragem será realizada no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, podendo o Tribunal Arbitral, motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades.

12.1.8 A arbitragem será realizada em língua portuguesa.

12.1.9 A arbitragem será de direito, aplicando-se as regras e princípios do ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil.

12.1.10 A arbitragem será concluída no prazo de 6 (seis) meses, o qual poderá ser prorrogado motivadamente pelo Tribunal Arbitral.

12.1.11 A arbitragem será sigilosa.

12.1.12 O Tribunal Arbitral alocará entre as Partes, conforme os critérios da sucumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso (i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à FGV, (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros, (iii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, tradutores, intérpretes, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo Tribunal Arbitral, (iv) dos honorários advocatícios de sucumbência fixados pelo Tribunal Arbitral e (v) de eventual indenização por litigância de má-fé. O Tribunal Arbitral não condenará qualquer das Partes Envolvidas a pagar ou reembolsar (i) honorários contratuais ou qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária a seus advogados, assistentes técnicos, tradutores, intérpretes e outros auxiliares e (ii) qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária com relação à arbitragem, a exemplo de despesas com fotocópias, autenticações, consularizações e viagens.

12.1.13 As decisões da arbitragem serão finais e definitivas, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contra as mesmas.



29 MAR 2016 1639776

2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O  
Nº 945436

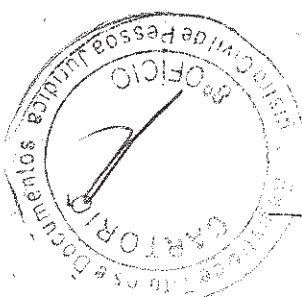
ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos ao Tribunal Arbitral previstos no art. 30 da Lei nº 9.307/96 e eventual ação anulatória fundada no art. 32 da Lei nº 9.307/96.

12.1.14 Antes da instalação do Tribunal Arbitral, qualquer das Partes Envolvidas poderá requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares ou antecipações de tutela, sendo certo que o eventual requerimento de medida cautelar ou antecipação de tutela ao Poder Judiciário não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação à necessidade de submissão do Conflito à arbitragem. Após a instalação do Tribunal Arbitral, os requerimentos de medida cautelar ou antecipação de tutela deverão ser dirigidos ao Tribunal Arbitral.

12.1.15 Para (i) as medidas cautelares e antecipações de tutela anteriores à constituição do Tribunal Arbitral, (ii) a execução das decisões do Tribunal Arbitral, inclusive da sentença final e eventual sentença parcial, (iii) eventual ação anulatória fundada no art. 32 da Lei nº 9.307/96 e (iv) os Conflitos que por força da legislação brasileira não puderem ser submetidas à arbitragem, fica eleito o Foro da Comarca do Rio de Janeiro como o único competente, renunciando-se a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2011.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS. ANEXO AO DOCUMENTO MICROFILMADO SOB O

9776391 29 MAR 2011 1639776

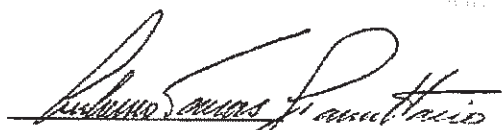
2º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS. ANEXO AO DOCUMENTO MICROFILMADO SOB O

Nº 945736

OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS. ANEXO AO DOCUMENTO MICROFILMADO SOB O

(Página 1/6 de assinaturas do INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIAS ADICIONAIS, EM SÉRIE ÚNICA, NOMINATIVAS E ESCRITURAIS, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CANABRAVA AGRÍCOLA S.A. celebrado em 24 de fevereiro de 2011)

Emissora: Canabrava Agrícola S.A.



Nome: LUDOVICO TAVARES GIANNATTASIO

Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

Nome:

Cargo:

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Nome: CANABRAVA AGRÍCOLA S.A.  
Nire: 33.3.0029493-0  
Protocolo: 00-2011/071821-8 - 25/02/2011  
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 28/02/2011. E O REGISTRO SOB O NÚMERO  
E DATA ABAIXO.  
ED33000225-6/000  
DATA: 28/02/2011  
Valéria G. M. Serpa  
SECRETÁRIA GERAL

2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL - SEÇÃO JURÍDICA

29 MAR 2011 1639776

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DR. RAFAEL LAURITA


2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

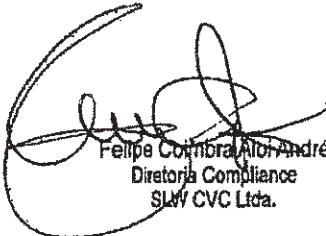
Nº 945436

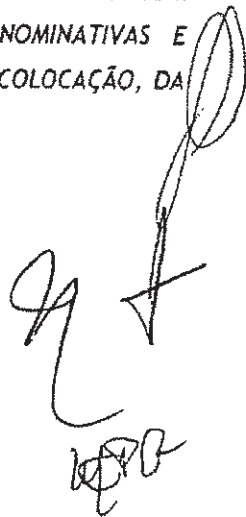
90  
2

(Página 2/6 de assinaturas do INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIAS ADICIONAIS, EM SÉRIE ÚNICA, NOMINATIVAS E ESCRITURAIS, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CANABRAVA AGRÍCOLA S.A. celebrado 24 de fevereiro de 2011)

Agente Fiduciário: SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.

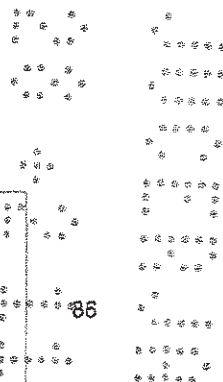
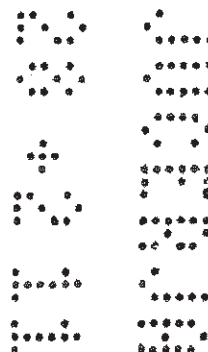
  
Nome: Gregoli Pedroso Tasso  
Cargo: Depto. Agente Fiduciário  
SLWCVC LTDA.

  
Felipe Coimbra Alor André  
Diretoria Compliance  
SLW CVC Ltda.



29 MAR 2011 16:39:776

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS FÍSICAS  
GRANDE LAMITA





2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº 945436

91  
91  
(Página 3/6 de assinaturas do INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIAS ADICIONAIS, EM SÉRIE ÚNICA, NOMINATIVAS E ESCRITURAIS, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CANABRAYA AGRÍCOLA S.A. celebrado 24 de fevereiro de 2011)

Controladora: Portopar Participações S.A.

  
Nome: LUDOVICO TAVARES GIANNATTASIO  
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

  
Nome: VANIA TAVARES GIANNATTASIO ALEXIM  
Cargo: DIRETORA

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO

29 MAR 2012 1639776

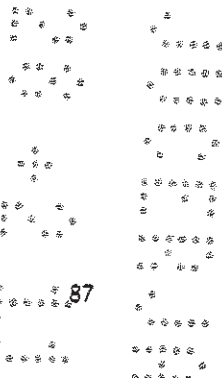
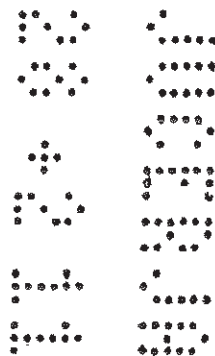
R. BELLE JARDIN, 100, JARDIM BELLE JARDIN, 132-5, SÃO PAULO  
DR. RADELAULÂNIA



2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº

945736



92

*[Handwritten signature]*

(Página 4/6 de assinaturas do INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIAS ADICIONAIS, EM SÉRIE ÚNICA, NOMINATIVAS E ESCRITURAIS, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CANABRAVA AGRÍCOLA S.A. celebrado 24 de fevereiro de 2011)

Avalista: Álcool Química Canabrava S.A.

*[Handwritten signature of Ludo Vico Tavares Giannattasio]*

Nome: LUDO VICO TAVARES GIANNATTASIO  
Cargo: DIRETOR PRECIDENTE

*[Handwritten initials]*

Nome:

Cargo:

88

88

29 MAR 16 1639776

R. DE VIANNA CONSTANTINO, 152 - S. PAULO  
DR. RAQUEL LAUTTA




2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº 945736

97  
F

(Página 5/6 de assinaturas do INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIAS ADICIONAIS, EM SÉRIE ÚNICA, NOMINATIVAS E ESCRITURAIS, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CANABRAVA AGRÍCOLA S.A. celebrado em 24 de fevereiro de 2011)

Fiadores: Sr. Ludovico Giannattasio e Sra. Maria Cristina Papini Giannattasio

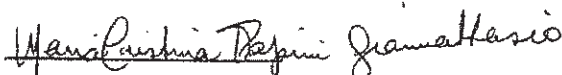


Nome: LUDOVICO TAVARES GIANNATTASIO

RG: 16979-D

CPF: 093.319.567-20

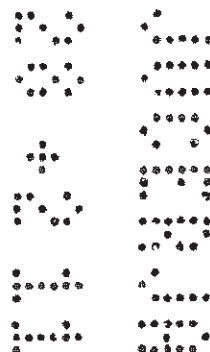
97



Nome: MARIA CRISTINA PAPINI GIANNATTASIO

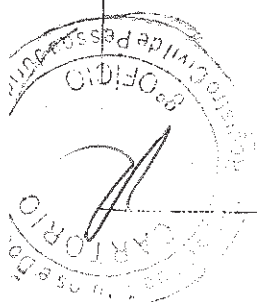
RG: 021 100 46-6

CPF: 004.183.517-40



29 MAR 1982 1639776

REKIMAN CONSTAT. 162.5 PAULO  
DR. RADSLAU ANOTIA



2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº 945736

94

(Página 6/6 de assinaturas do INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIAS ADICIONAIS, EM SÉRIE ÚNICA, NOMINATIVAS E ESCRITURAIS, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CANABRAVA AGRÍCOLA S.A. celebrado 24 de fevereiro de 2011)

Testemunhas:

João Ventura

Nome: JOAO DE ALMEIDA VENTURA

RG: 011.796.007-0

CPF: 092.636.527-40

Marcelo Drumond Starling

Nome: Marcelo Drumond Starling

RG: 10-800.311

CPF: 014.048.566-09

*[Handwritten signatures and initials]*

AV. N. 12, 1639776  
DEPARTAMENTO DE REGISTRO E CARTÓRIO  
ECONOMIA JURÍDICA

29 MAR 2011 1639776

ROSELIANN COSTA DE LIMA, 12-5, PAULO  
DE RABISLAU LAMOTTA

*[Microfilm perforations]*

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
 Nome : CANABRAVA AGRICOLA S A  
 Nire : 33.3.0029483-0  
 Protocolo : 00-2011/071821-6  
 CERTIFICO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O Nº  
 ED33000225-6/000  
 DATA: 28/02/2011  
 Valéria G. M. Serra  
 SECRETÁRIA GERAL



2º OFÍCIO DE REGISTRO  
 DE TÍTULOS E  
 DOCUMENTOS. ANEXO  
 AO DOCUMENTO  
 MICROFILMADO SOB O  
 Nº **945436**

*[Microfilm perforations]*

90